

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 61ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Plenário
2.2 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/9/2025

Presidência dos Deputados Duarte Bechir, Mauro Tramonte, Zé Laviola e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 228/2025 (encaminhando o Projeto de Lei nº 4.380/2025), do governador do Estado; Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.429 e 4.436/2025; Requerimentos nºs 14.052, 14.121, 14.123, 14.125 a 14.137, 14.146 a 14.148, 14.162 a 14.177, 14.179 e 14.180/2025 – Comunicações: Comunicação da Comissão de Saúde – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Bruno Engler, Zé Guilherme, Mauro Tramonte e Duarte Bechir – Registro de Presença – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Designação de Comissões: Comissões Especiais para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2024 e sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2024 – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos 10.197 e 12.631/2025; deferimento – Suspensão e Reabertura da Reunião – Registro de Presença – Requerimento do deputado Cassio Soares; deferimento; discurso do deputado Duarte Bechir; Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cassio Soares – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Dr. Maurício – Gil Pereira – Gustavo Valadares – João Magalhães – Lincoln Drumond – Lohanna – Lucas Lasmar – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Mauro Tramonte, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Zé Guilherme, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 228/2025

Belo Horizonte, 9 de setembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Vossas Excelências – Senhoras e Senhores Deputados,

Povo de Minas Gerais,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados –, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, e para conhecimento do Povo Mineiro, projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a promover medidas de desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Com o advento do novo marco legal do saneamento, que foi sancionado pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, foram estabelecidas novas metas de atendimento com vistas à universalização do atendimento pelos serviços de saneamento básico, consistente em garantir que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto até o ano de 2033.

Além disso, o novo marco passou a prever a obrigatoriedade de celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, vedando a utilização de contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

Diante deste cenário, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, que atualmente presta seus serviços em 640 municípios mineiros, atende 353 deles somente com o fornecimento de água potável, nos quais não há serviço de coleta de esgoto, sendo que um terço dos contratos vencerão nos próximos 10 anos e não poderão ser renovados em razão da vedação trazida pela legislação federal.

Percebe-se, portanto, que o montante de investimentos necessários para a companhia fazer frente ao cumprimento das metas de saneamento, especialmente no tocante ao serviço de esgotamento sanitário, é superior ao patamar histórico realizado pela estatal. Adiciona-se ainda o vencimento de contratos importantes a curto e médio prazo sem possibilidade de prorrogação, gerando impacto na receita da empresa, além da baixa capacidade de investimento de seu controlador, o Estado de Minas Gerais, que se encontra em situação financeira muito sensível, como é de amplo conhecimento.

Nesse sentido, considerando os aspectos legais, a desestatização da Copasa-MG irá permitir a expansão dos prazos contratuais, de forma que a universalização seja integralmente atendida – não apenas proporcional ao tempo restante do contrato, bem

como a ampliação da prestação do serviço de coleta e tratamento de esgoto em municípios em que hoje tais serviços não são contemplados.

O novo marco do saneamento trouxe dispositivos que buscam atrair maior investimento privado para o setor e, dentre estes dispositivos, também se inclui a possibilidade de conversão dos contratos de programa em novos contratos de concessão, o que permitiria a expansão dos prazos contratuais e inclusão do serviço de esgoto nos contratos hoje em curso, sem a realização de processo licitatório, caso o controle de tais empresas deixe de ser estatal. Esta medida é essencial para evitar a redução do porte da companhia em razão do vencimento de grandes contratos que não poderão ser renovados sem licitação.

Por todo o exposto, considerando o novo cenário nacional referente ao saneamento básico, após longos e refletidos estudos sobre a matéria, levando-se em conta a vantajosidade e os riscos de manutenção da Copasa-MG sob controle do Estado, principalmente no que se refere ao cumprimento das metas de universalização do serviço e capacidade de investimento atual da companhia, a conclusão foi pela necessidade de abertura de seu capital.

Para tanto, na proposta ora apresentada, foram adotadas as melhores práticas extraídas de experiências exitosas atuais, visando, principalmente, que o saneamento básico seja garantido para toda população mineira, de acordo com as metas estabelecidas no marco regulatório e aumentando a capacidade de investimento da Copasa-MG, bem como foram adotados mecanismos que garantam o cumprimento de metas de qualidade e manutenção de características essenciais da empresa.

Além disso, os recursos obtidos com a operação serão utilizados exclusivamente para a amortização da dívida ou cumprimento das demais obrigações do Estado no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag, essencial para garantir a sustentabilidade financeira de Minas Gerais nos próximos anos.

Em síntese, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, essas são as razões que me levam propor o projeto de lei em questão.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados – e ao Povo Mineiro.

Romeu Zema Neto, governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 4.380/2025

Autoriza o Poder Executivo a promover medidas de desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a adotar ações e medidas necessárias para a desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, nos termos do inciso IV do § 4º do art. 14 da Constituição do Estado.

Art. 2º – Para os fins do disposto nesta lei, considera-se desestatização:

I – a alienação total ou parcial de participação societária que resulte em perda ou transferência do controle acionário do Estado;

II – o aumento de capital, mediante a subscrição de novas ações, com renúncia ou cessão, total ou parcial, dos direitos de subscrição, mediante oferta pública de distribuição de valores mobiliários, de forma a acarretar a perda do controle acionário do Estado.

§ 1º – A transformação, a incorporação, a fusão ou a cisão de sociedades e a criação de subsidiárias integrais poderão ser utilizadas a fim de viabilizar a implementação da modalidade operacional escolhida.

§ 2º – As normas e as práticas aplicadas ao mercado de valores mobiliários deverão ser observadas, especialmente, quanto à definição de preços de emissão e alienação de ações e à divulgação de informações ao mercado e ao público.

Art. 3º – Os contratos de programa ou de concessão em execução, celebrados entre a Copasa-MG e os municípios, poderão ser substituídos, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, mediante a apresentação de proposta que preveja a alteração de prazo, de objeto ou de demais cláusulas contratuais.

Parágrafo único – A eficácia dos novos contratos de concessão fica condicionada à efetiva conclusão do processo de desestatização.

Art. 4º – O estatuto social da companhia deverá contemplar a previsão de ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva do Estado, nos termos do § 7º do art. 17 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que conferirá o poder de veto nas deliberações sociais relacionadas à:

I – alteração de denominação e sede da companhia;

II – alteração nos limites ao exercício do direito de voto atribuído a acionistas ou grupo de acionistas, disciplinadas no estatuto social da companhia.

§ 1º – O estatuto social da companhia deverá ser alterado para definir o limite máximo ao exercício de direito de voto, aplicável a qualquer acionista ou grupo de acionistas independentemente do número de ações ordinárias de emissão da Copasa-MG, observado o disposto no § 2º.

§ 2º – O Poder Executivo definirá o percentual do limite previsto no § 1º.

Art. 5º – Em quaisquer das modalidades operacionais de desestatização, o adquirente obrigar-se-á a cumprir as metas de prestação do serviço estabelecidas pelo Poder Executivo, nos termos do § 16 do art. 14 da Constituição do Estado.

Art. 6º – Fica a Copasa-MG autorizada a adotar ações e medidas necessárias para realizar a operação de incorporação da sua subsidiária, Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor, instituída nos termos da autorização de que trata a Lei nº 16.698, de 17 de abril de 2007.

Art. 7º – Os recursos financeiros obtidos com as operações previstas no art. 2º serão necessária e exclusivamente utilizados para a amortização da dívida ou para o cumprimento das demais obrigações do Estado no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag.

Art. 8º – Fica revogado o art. 5º da Lei nº 16.698, de 17 de abril de 2007.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 188, § 5º, c/c o art. 102, do Regimento Interno, e do § 15 do art. 14 da Constituição do Estado.

OFÍCIOS

Ofício nº 2673/2025-GABPRM17, do Procuradoria da República no Município de Uberlândia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.581/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.581/2024.)

Ofício nº 2993759/GPR, do Supremo Tribunal Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.025/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.025/2025.)

Ofício da Samarco Mineração S. A., prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.418/2025, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.418/2025.)

Ofício nº 781/2025/DP-ANA-SEI, da Agência Nacional de Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.603/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.603/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.925/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.925/2025.)

Ofício nº 4648/2025/Aspar/GM/GM-MEC, do Ministério da Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.947/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.947/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.011/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.011/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.016/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.016/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.020/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.020/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.024/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.024/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.033/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.033/2025.)

Ofício nº 609/Gapre/2025 – Presidência, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.054/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.054/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.095/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.095/2025.)

Ofício nº 55/2025 – BNDES/GP/Dealeg, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.384/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.384/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.400/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.400/2025.)

Ofício nº SES/GAB-ATOSLEG nº 306/2025, da Secretaria de Estado de Saúde, encaminhando esclarecimentos sobre as competências da referida secretaria. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.304/2025.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.429/2025

Dispõe sobre a atuação das forças de segurança pública em ocorrências que envolvam crianças e adolescentes com deficiência ou neurodivergentes no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei estabelece normas para a atuação das forças de segurança pública em ocorrências que envolvam crianças e adolescentes com deficiência ou neurodivergentes, em conformidade com os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta e da não discriminação.

Art. 2º – É vedado às forças de segurança interpretar manifestações decorrentes da deficiência, tais como crises sensoriais, emocionais ou de autorregulação, como atos de indisciplina, desobediência ou infração.

§ 1º – O enquadramento indevido de tais comportamentos poderá configurar ato discriminatório, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

§ 2º – O uso da força só poderá ocorrer em situação de risco iminente e comprovado à integridade física da própria criança ou adolescente, ou de terceiros, devendo ser estritamente necessário, proporcional e excepcional.

Art. 3º – Sempre que acionadas para ocorrências que envolvam crianças ou adolescentes com deficiência ou neurodivergentes, as forças de segurança deverão observar o seguinte Protocolo de Condutas Específicas, que envolve:

I – identificar, de imediato, se a situação envolve criança ou adolescente com deficiência ou neurodivergente, priorizando a escuta de pais e responsáveis e de professores e profissionais de apoio, quando em ambiente escolar;

II – acionar o Conselho Tutelar, e sempre que possível, equipe técnica especializada do município, composta por profissionais da saúde, da educação e da assistência social, antes de qualquer medida coercitiva;

III – utilizar linguagem clara, calma e acessível, evitando condutas que possam intensificar a crise;

IV – respeitar protocolos médicos, terapêuticos ou educacionais já estabelecidos para o manejo de crises, caso apresentados pela família ou pela escola;

V – assegurar, sempre que possível, a presença de responsável legal ou acompanhante especializado durante a abordagem;

VI – priorizar técnicas de desescalada verbal e ambiental, como a redução de estímulos sonoros, visuais e físicos;

VII – registrar em relatório circunstanciado a conduta adotada, com indicação das medidas de proteção aplicadas.

Art. 4º – O Estado deverá promover capacitação contínua das forças de segurança pública em parceria com as Secretarias de Estado de Educação, Saúde e Assistência Social, de forma a assegurar abordagem adequada e não discriminatória em situações que envolvam crianças e adolescentes com deficiência ou neurodivergentes.

Art. 5º – As instituições de ensino públicas e privadas deverão elaborar, em conjunto com os responsáveis e profissionais especializados, Planos Institucionais de Prevenção e de Manejo de Crises, os quais poderão ser utilizados como referência pelas forças de segurança em caso de acionamento por essas instituições.

Art. 6º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o agente público às responsabilidades administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de setembro de 2025.

Cristiano Silveira (PT)

Justificação: O presente projeto de lei tem por finalidade regulamentar a atuação das forças de segurança pública em Minas Gerais em situações que envolvam crianças e adolescentes com deficiência ou neurodivergente e dá outras providências.

A proposta parte do reconhecimento de que comportamentos como crises sensoriais, emocionais ou de autorregulação não se confundem com atos de indisciplina ou infração, sendo manifestações inerentes às condições de determinadas deficiências e transtornos do neurodesenvolvimento.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015), tipifica como crime qualquer ato de discriminação contra pessoa com deficiência. Dessa forma, a interpretação equivocada dessas manifestações por parte das forças de segurança pode configurar violação de direitos fundamentais, sujeitando o agente à responsabilização.

É dever do Estado assegurar a proteção integral da criança e do adolescente, conforme estabelece a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990). Nesse sentido, este projeto de lei estabelece um protocolo de condutas obrigatórias, priorizando técnicas de desescalada, acionamento de equipes técnicas interdisciplinares e preservação da dignidade humana.

Além disso, prevê a capacitação contínua dos agentes de segurança e a elaboração de planos institucionais de manejo pelas instituições de ensino, reforçando a articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social e segurança pública.

Com esta iniciativa, busca-se garantir que Minas Gerais avance na construção de uma sociedade inclusiva, em que crianças e adolescentes com deficiência ou neurodivergentes tenham assegurado seu direito à convivência escolar e comunitária sem risco de criminalização indevida ou violência institucional.

Diante do exposto, submeto à apreciação desta Casa o presente projeto de lei, confiando na sensibilidade e no compromisso dos(as) nobres Deputados(as) com a proteção dos direitos da infância, da juventude e das pessoas com deficiência.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Nayara Rocha. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 366/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.436/2025

Reconhece o relevante interesse cultural e social para o Estado de Minas Gerais do Serviço Voluntário de Resgate – Sevor –, na região de João Monlevade, microrregião do Médio Piracicaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido o relevante interesse cultural e social para o Estado de Minas Gerais, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o Serviço Voluntário de Resgate – Sevor –, na região de João Monlevade, microrregião do Médio Piracicaba, que atende a mais de 16 municípios, com o espírito de salvar vidas no trânsito e produzir efetiva ação de resgate, contribuindo para fomentar atitudes de empatia, responsabilidade, educação e conscientização sobre a importância da segurança viária.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, responsável da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e vice-presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Justificação: O Serviço Voluntário de Resgate – Sevor – presta relevantes serviços em favor da vida na região de João Monlevade, microrregião do Médio Piracicaba, envolvendo mais de 16 municípios.

Fundado em 4 de novembro de 2000, com praticamente 25 anos já de existência, se constitui como uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem discriminação religiosa ou racial. A sede e o foro encontram-se na cidade de João Monlevade.

Tem dentre seus objetivos, a missão de levar o conforto e cuidados necessários às vítimas de acidentes no atendimento pré-hospitalar, amenizando e prevenindo possíveis sequelas; conscientizar a população através de palestras e reuniões sobre prevenção de acidentes, direção defensiva, primeiros socorros e outros; promover a cidadania individual e coletiva; além de incentivar outros setores da sociedade em prol da inspiração de “Salvar Vidas”.

As constantes tragédias ocorridas na BR-381 e BR-262, foram um incentivo a mais para que um grupo de integrantes dos escoteiros de João Monlevade, preocupados em aliviar o sofrimento de quem necessitava de apoio nesses momentos, criassem uma organização com a missão de salvar vidas.

A cidade de João Monlevade localiza-se a 110km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e a 125km da cidade de Ipatinga, um dos principais polos econômicos do Estado. Cerca de 16 municípios localizam-se num raio de 60 km da cidade compondo a microrregião do Médio Piracicaba, totalizando aproximadamente 350.000 habitantes, composta pelos Municípios de Itabira, Bela Vista de Minas, Nova Era, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Domingos do Prata, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, Cata Altas, Alvinópolis, Dom Silvério, Sem Peixe, São José do Goiabal, Dionísio e Rio Piracicaba que atualmente integram a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba – Amepi –, cuja sede administrativa situa-se no Município de João Monlevade.

Os principais acessos rodoviários são a BR 381 – que corta o país em diagonal, com início no Estado de São Paulo e término no estado do Espírito Santo – e a BR 262 – transversal, de início no Estado do Mato Grosso do Sul e término também no Espírito Santo, por onde escoas parte expressiva da economia nacional.

O Sevor tem expressiva atuação humanitária, social, técnica, e contribui para a elevação do nome dos mineiros e mineiras, que, tendo suas vidas ameaçadas pela violência do trânsito, podem contar com o trabalho voluntário imediato de socorro, bem como o trabalho de educação para prevenção da direção responsável.

Conta hoje com cerca de 78 voluntários. Realiza cerca de 220 atendimentos por mês, tanto nas rodovias, quanto nas áreas urbanas, rurais, 24 horas por dia. Recebem parcerias diversas, apoio voluntário da comunidade local, oriundos de campanhas e pedágios solidários.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 14.052/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao discurso de ódio e de intolerância religiosa proferido pelo deputado federal Marco Feliciano, registrado em evento público em Conselheiro Lafaiete, em 13/9/2025, conforme amplamente divulgado pela imprensa. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 14.121/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a postura da secretaria de que é titular e as medidas adotadas em relação ao descumprimento dos compromissos pactuados pela empresa Bação Logística S.A. no termo de ajustamento de conduta assinado com essa secretaria, em 26/7/2019, devido aos problemas do processo de licenciamento ambiental do terminal minerário a ser instalado no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Meio Ambiente. Anexe-se ao Requerimento nº 14.117/2025, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 14.123/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações acerca da realização e conclusão dos trâmites administrativos e cartoriais para o recebimento, mediante dação em pagamento, do imóvel com área de 66.196,90m², situado no lugar denominado Fazenda Pari, em Divinópolis, e registrado sob o nº 843, no Livro 2, no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Divinópolis,

em observância à Lei nº 25.269, de 30/5/2025, onde está sendo edificado o Hospital Regional de Divinópolis. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 14.125/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja garantido às servidoras integrantes de carreira do quadro de magistério o direito ao afastamento de locais insalubres enquanto durar a gravidez e a lactação, bem como o direito à realização de intervalos de 30 minutos, a cada 3 horas de trabalho, para amamentação ou coleta do leite materno, conforme garante a Lei nº 24.995, de 2024.

Nº 14.126/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para a realização dos estudos necessários para instruir o processo de tombamento do prédio em que está sediada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG.

Nº 14.127/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF6 – pedido de providências para a apresentação formal da desistência de interesse na aquisição do prédio que sedia a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG.

Nº 14.128/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Isabella Gaudêncio Mendes Nunes, que se refere à concessão de teletrabalho a servidora lactante, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 16/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008723-6/2025.

Nº 14.129/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Governador Valadares, à Procuradoria da Mulher dessa câmara, à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – nesse município e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – CaoDH –, em Belo Horizonte, pedido de providências para adotarem as medidas cabíveis diante da grave situação de violência política de gênero sofrida pela vereadora Sandra Maria Perpétuo, da referida câmara, que foi vítima de ameaças de morte, em 14/9/2025, em decorrência de sua atuação parlamentar.

Nº 14.130/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de apoio à vereadora Jamille Mylena de Freitas Gomes, da Câmara Municipal de Viçosa, por ter sido vítima de violência política de gênero ao ser interrompida e atacada com ofensas durante o exercício legítimo de sua função parlamentar, tendo sido injustamente chamada de “abortista”.

Nº 14.131/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de apoio à vereadora Sandra Maria Perpétuo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, pelas ameaças de morte sofridas em razão de sua atuação parlamentar, em 14/9/2025.

Nº 14.132/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Instituto Primeira Semente pelo trabalho desenvolvido em prol do fortalecimento da espiritualidade, da liberdade religiosa, da cultura e da promoção dos direitos humanos. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 14.133/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – CaoDH – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para instauração de inquérito policial acerca de crimes de racismo religioso, intolerância religiosa e discurso de ódio cometidos pelo deputado federal Marco Feliciano no Município de Conselheiro Lafaiete, em 13/9/2025, durante o evento Celebrai, custeado com recursos públicos. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 14.134/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Promotoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação – CCRAD – pedido de providências para apuração de possível prática criminosa de racismo na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, no Campus Pampulha.

Nº 14.135/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para adoção de medidas imediatas para apuração das graves violações de direitos humanos constatadas no Presídio Regional de Montes Claros, na Ala H, em que estão custodiados os internos LGBTQIA+.

Nº 14.136/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a deputada federal Erika Hilton (Psol) por sua trajetória política e sua destacada atuação em defesa dos direitos humanos, da diversidade e da justiça social no Brasil.

Nº 14.137/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que adote medidas emergenciais de policiamento preventivo nas regiões de maior vulnerabilidade social de Cataguases, a fim de evitar novos ataques à população em situação de rua, semelhantes ao ocorrido em 15/9/2025.

Nº 14.146/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja solucionada a inoperância da linha telefônica do Núcleo de Assistência às Famílias – NAF – da Penitenciária de Francisco Sá, cujo não funcionamento impossibilita familiares e advogados de realizar o agendamento de visitas; e para que sejam oferecidos outros canais de comunicação para a realização dos agendamentos, de modo a garantir o direito de convívio familiar das pessoas privadas de liberdade e o acompanhamento jurídico por seus representantes legais.

Nº 14.147/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para assegurarem a realização de oficinas de artesanato na unidade prisional de Muriaé, em cumprimento ao disposto no Regulamento de Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais – ReNP –, especialmente em seu art. 173.

Nº 14.148/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de providências para que sejam revistas as mudanças que retiraram sete linhas de ônibus metropolitanos do embarque na Rodoviária de Belo Horizonte, medida que tem afetado diretamente o direito de ir e vir de milhares de cidadãos ao transferir passageiros para pontos externos sem garantia de condições adequadas de acessibilidade e segurança; e para que seja celebrado convênio ou adotada alternativa contratual de forma a isentar os passageiros de ônibus metropolitanos da cobrança da taxa de embarque, preservando-se o valor das passagens sem comprometer a dignidade e a proteção dos usuários do transporte coletivo. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 14.162/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Pedro Evangelista por ser referência para a educação pública do Estado.

Nº 14.163/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Milena Aparecida Ferreira de Freitas, que se refere à remoção estadual, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 23/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008983-3/2025.

Nº 14.164/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido do Sr. Mauro Pena de Faria Júnior, que se refere a progressão de carreira, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008791-2/2025.

Nº 14.165/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – pedido de providências para a reabertura dos prazos para inscrição e retificação dos dados de inscrição relativos à Prova Nacional Docente – PND –, devido às instabilidades no sistema relatadas pelos professores durante o processo de inscrição.

Nº 14.166/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Paula de Castro Junqueira Silva, que se refere a licença-maternidade, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG – em 19/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008877-5/2025.

Nº 14.167/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de pagamento de saldo de progressão da Sra. Leila Ribeiro de Abreu Duarte, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 19/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008879-4/2025.

Nº 14.168/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Evaneide Costa e Silva Farias, que se refere a desconto indevido de ajuda de custo, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008931-6/2025.

Nº 14.169/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja processado o pedido do Sr. Paulo Adriano Gomes, que se refere a situação funcional e pagamento de verbas rescisórias, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira à PMMG, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008803-1/2025.

Nº 14.170/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de publicação de férias-prêmio da Sra. Luciana Pereira de Souza, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008927-0/2025.

Nº 14.171/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Flaviane Andréa Brandão, que se refere a penalidade aplicada em dispensa de contrato, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008806-5/2025.

Nº 14.172/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências

para que seja processado o pedido de suspensão de férias-prêmio da Sra. Juliana Freire de Carvalho, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008793-1/2025.

Nº 14.173/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Roxana Ferreira Assis, referente à contribuição previdenciária de cessão, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008787-6/2025.

Nº 14.174/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Leandro Pereira Malaquias pelo lançamento do livro *Costa Sena – Memórias e Histórias*.

Nº 14.175/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Denilde das Dores Miranda, que trata de férias-prêmio, conforme solicitação feita pela deputada Beatriz Cerqueira ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 16/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008724-0/2025.

Nº 14.176/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Nayara de Oliveira Souza, que se refere à concessão do teletrabalho à servidora lactante, conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 16/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008720-2/2025.

Nº 14.177/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior pelo notável valor acadêmico, social e político de sua tese de doutorado *“Pisar o toré”: a saga do Mestre Roque e do povo indígena Tuxá Setsor Bragagá de Pirapora/Buritizzeiro – MG na luta pela manutenção de sua identidade e território*. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 14.179/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Vespasiano pedido de informações sobre a contratação de programa de construção de moradias no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, especificando-se qual é o número de unidades habitacionais previsto e quais são os critérios de seleção das famílias e esclarecendo-se se o município levará em conta o trabalho de organização dos movimentos sociais que possuem mais de cinco mil famílias previamente cadastradas. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 14.180/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal – CEF – em Belo Horizonte pedido de providências para a realização de seminários de capacitação e esclarecimentos para as prefeituras municipais e as entidades com atuação na construção de moradias, com o objetivo de qualificar e otimizar as habilitações de projetos no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, e para o repasse de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida Sub 50 e dos demais chamamentos abertos pelo Ministério das Cidades – Mcid. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação da Comissão de Saúde.

Oradores Inscritos

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas aqui presentes e a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, acompanham esta reunião.

Neste momento, subo à tribuna desta Casa para relatar uma situação absurda: Jair Bolsonaro está preso de maneira flagrantemente ilegal. Não bastam os inúmeros absurdos, autoritarismos e perseguições processuais praticados contra ele, desde segunda-feira, a prisão domiciliar e as medidas restritivas que lhe foram aplicadas simplesmente não se sustentam. Jair Bolsonaro teve diversas medidas restritivas impostas, como restrição do uso de redes sociais, proibição de se manifestar, proibição de sair da sua comarca – que é Brasília –, horário para estar em casa e, posteriormente, a prisão domiciliar não em virtude daquele processo completamente enviesado, no qual ele foi condenado, até porque a condenação não transitou em julgado, e ele não está cumprindo pena. Todas essas medidas restritivas e, posteriormente, a prisão domiciliar foram impostas em virtude do Inquérito nº 4.955, que investigava Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo por supostamente estarem tentando intervir na Justiça brasileira.

Mas qual é o grande problema? O problema é que, na segunda-feira, dia 22, o procurador-geral da República apresentou denúncia contra Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo, mas não denunciou Jair Bolsonaro. Ora, se nem o Gonet, que é o promotor responsável pela acusação, encontrou indícios que justificassem uma denúncia, como é que se mantêm as medidas restritivas e a prisão domiciliar? Alexandre de Moraes, se você tiver um mínimo de respeito pelo devido processo legal – que V. Exa. já demonstrou em diversas oportunidades não ter –, o senhor tem a obrigação de revogar a prisão domiciliar, de revogar as medidas restritivas e de colocar Jair Bolsonaro em plena liberdade porque o inquérito que você usou como justificativa para prendê-lo, sequer denunciado ele foi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Zé Guilherme – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Presidente, venho aqui para comentar uma ação que a Assembleia de Minas Gerais fez hoje de manhã junto à Igreja Católica, com a presença do Pe. Fernando e do nosso querido arcebispo D. Walmor. Foi um momento de fé, um momento de conagração, um momento de esperança em uma reunião com um número elevado de deputados, onde debatemos a força da política, a atuação dos políticos no mundo de hoje, a crença em Deus e a capacidade de interlocução entre os políticos e a Igreja Católica. D. Walmor fez uso da palavra durante muito tempo conclamando a Assembleia de Minas sobre a responsabilidade na defesa dos mais pobres e dos mais necessitados. E o nosso querido presidente, deputado Tadeu Martins Leite, reafirmou essa condução da Assembleia de Minas Gerais, que se supera e que é voltada em defesa realmente dos menos favorecidos e dos que mais precisam dessa política pública com o olhar atento a essa Minas Gerais, que tem um tamanho enorme. São 853 municípios com a realidade das zonas completamente diferentes, e todos nós deputados, que estamos lá na ponta e andamos por Minas Gerais, sabemos da real dificuldade de fazer atendimento a todo esse nosso povo mineiro. Foi um momento em que vários deputados falaram, se pronunciaram. Foi um momento muito especial.

Sr. Presidente, outro assunto de que também quero tratar é sobre a defesa do consumidor. Na semana passada, a minha esposa marcou um procedimento na empresa Axial do Belvedere. Foi marcado um atendimento para ela às 11 horas da manhã, e, três horas depois, o atendimento não havia sido realizado, quando ela foi comunicada de que a máquina havia quebrado – três horas depois. Além desse tempo todo de espera, o exame não foi realizado. É uma total falta de empatia com o consumidor, é uma total falta de respeito com o consumidor o que essas empresas estão fazendo, principalmente as voltadas à área da saúde. Isso não pode acontecer. Numa empresa em que se paga caro para se fazer um exame, e muito caro, e esse total desrespeito! Não quiseram nem saber. Depois de três horas, disseram que não poderiam realizar o exame porque a máquina estava quebrada.

Outro assunto, Sr. Presidente: neste mês, o nosso grande equipamento do esporte em Minas Gerais, o Mineirão, completa 60 anos. São 60 anos de muita glória, de muita alegria para toda Minas Gerais. Com o advento do Mineirão, Minas Gerais mudou a

realidade do futebol no Brasil. Antigamente só existiam Rio de Janeiro e São Paulo. Com o advento do Mineirão, as equipes de Minas – principalmente Atlético, Cruzeiro e América – apareceram no cenário brasileiro com muita força. Hoje Minas Gerais é um dos estados que detém mais títulos de campeonatos brasileiros, de Copa do Brasil, de campeão da Libertadores. Então é uma projeção enorme o que Minas Gerais teve com a inauguração do Mineirão.

Estive vendo a história do Mineirão no Museu do Mineirão. Este mês foi cheio de atividades lá, lembrando todas essas grandes conquistas do nosso esporte. Sou um privilegiado, presidente, porque eu estava na inauguração do Mineirão. Estive presente naquela época, e fui espectador dos grandes momentos do futebol mineiro nessa história, nessa trajetória brilhante do Mineirão. Não esqueço de jogos fantásticos: um jogo em que o Bayern de Munique, de Beckenbauer, estava no auge e veio jogar com o Cruzeiro pelo Campeonato Mundial; o jogo do Cruzeiro e do Santos, de Pelé, completo; vários jogos de Libertadores; a Seleção Brasileira ganhando da Argentina de 3x0. Então são datas muito importantes e memória viva de Minas Gerais.

Parabenizo o Mineirão pelos seus 60 anos. As glórias ali depositadas fazem parte da memória de Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente. É isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente, demais deputadas e deputados, servidores desta Casa, TV Assembleia, público que está nos acompanhando. Sr. Presidente, quero destacar aqui dois pontos que acho muito interessantes. O primeiro deles foi que hoje nós estivemos na UAI Praça Sete, e lá estavam dezenas de prefeitos para assinar uma grande parceria que a UAI faz com várias cidades. Inúmeros prefeitos estavam lá para fazer esse convênio, essa parceria. O que significa essa parceria? Significa levar para essas cidades a tranquilidade de o cidadão fazer uma carteira de identidade, tirar alguma certidão ou alguma documentação necessária.

Eu estive lá, hoje pela manhã, e vi a quantidade de pessoas que são atendidas na UAI, a quantidade de pessoas que necessitam de documentos. São pessoas que estão correndo atrás de carteira de identidade, de CNH, enfim, de outros documentos. Isso é muito importante, porque, na verdade, quando não se tem, dentro de uma cidade, um posto como esse para atendimento às pessoas, muitas vezes as pessoas têm que andar 100km, 200km para procurar fazer a sua documentação. Por outro lado, se há esse posto dentro da própria cidade, claro, já ajuda muito! A pessoa não precisa fazer deslocamento, gastando tempo, gastando dinheiro, e às vezes até sem ter o dinheiro. A pessoa tem que ter dinheiro para viajar, gastar com gasolina, com ônibus, com hospedagem. Muitas vezes, não dá para uma pessoa sair de uma cidade, andar cerca de 200km, ou até mais, e depois voltar no mesmo dia.

Então muitos prefeitos estiveram lá, e isso enche os olhos da gente de felicidade, por saber que realmente esses prefeitos estão imbuídos do propósito de levar o melhor para o atendimento da sua cidade. Eu acho isso muito interessante. Bom seria se todas as cidades pudessem aderir a esse trabalho, em prol de mais comodidade, mais tranquilidade e mais rapidez para as pessoas que precisam das suas documentações. Em se tratando de documentações, a gente sabe como é! Muitas pessoas precisam trocar a sua identidade, o seu documento. Muitas pessoas perdem, extraviam ou esquecem o documento em algum local. Outras vezes, até deixam o documento dentro de uma roupa. A pessoa vai lavar a roupa e lava o documento junto – isso acontece muito. Então parabéns aos prefeitos que tiveram essa iniciativa. O governo do Estado também esteve lá e liberou essa iniciativa a todos eles. Parabéns ao pessoal do UAI.

Sr. Presidente, há outro detalhe que também me traz aqui. Eu sempre gosto de trazer os alertas. Eu preciso alertar, e vou alertar sobre a quantidade de golpes que estão aplicando em idosos. Eu sempre falo, Sr. Presidente, que a pessoa que tem um idoso em casa, que tem uma mãe, um pai, um avô, um tio, um padrinho, sempre – sempre – tem que alertar esses idosos para que não caiam nas garras desses aproveitadores, seja dentro de um banco, seja através do telefone.

“Somos do Banco X. Caiu, no seu cartão, uma compra no valor de X cruzeiros, X contos, R\$5.000,00, R\$6.000,00. A gente quer confirmar se foi o senhor, ou não.” “Não, não fui eu, não.” “Então é o seguinte: o senhor vai falar com o atendente, e esse atendente vai lhe dar todas as informações.” E começa a enrolar o idoso no telefone. Daqui a pouquinho, manda alguém à casa do

idoso, às vezes, um motoqueiro ou alguma outra coisa, para pegar o cartão dele, dizendo que o banco vai trocar o cartão e que ele não precisa se ausentar de casa, de modo algum, para ir até o banco. “O motoqueiro vai pegar o cartão: é só entregar.” E o motoqueiro quebra o cartão na hora. É claro que quebra, mas não quebra o *chip*, evidentemente. É o que acontece. O motoqueiro vai embora, e depois o idoso vê que caiu num golpe de estelionatários que não têm dó de ninguém.

Em situações bancárias, acontece do mesmo jeito. Quantas vezes a gente anuncia pessoas caindo no golpe, porque trocaram os seus cartões? Então, você que tem idoso em casa, você que tem parente, chame o seu idoso, converse com ele, alerte-o. “Se você receber algum telefonema dizendo que é de banco ou de cartão de crédito, fale o seguinte: eu não vou falar com você, mas, se você quiser falar, espere aí, porque eu vou indicar um filho meu ou um sobrinho meu para tratar desse assunto com vocês.” Não tratem nada por telefone, não deem número de cartão por telefone, não deem CPF, não deem nenhuma senha. É desse jeito que os estelionatários agem.

Então eu venho alertar as pessoas que têm idosos em casa. Sempre alertem: se forem ao banco, não aceitem ajuda de estranhos. Por esses dias mesmo, numa cidade da região metropolitana, uma senhora perdeu cerca de R\$10.000,00. Ela chegou ao banco, e lá estavam dois camaradas que falaram: “A senhora digitou errado aí”. Eles começaram a falar com a senhora, ela se embananou toda, coitada, uma senhora idosa, e, na hora, trocaram o cartão dela por outro cartão. Eles a viram digitando a senha. Ela foi embora. Chegando em casa, parece que foi fazer uma compra, o cartão não era o dela.

Então, veja bem: você que tem idoso em casa, fale com ele, alerte o seu idoso para que não caia em nada! Encontrar esse tipo de pessoa nas ruas, Sr. Presidente, é muito comum. Essas pessoas seguem os idosos. E, na hora em que seguem os idosos, o que acontece? Deixam cair um cheque, uma bolsa ou alguma outra coisa e falam: “Você perdeu isso aqui?”. Não. “Nossa, nós achamos isso aqui. Isso aqui deve valer muito”. Aí chega outro estelionatário e vai conversando e enrolando. Converse com seu idoso. Não deixe seu idoso cair nessas esparrelas de estelionatários. Está dado o recado. Está avisado.

Quero destacar a presença do nosso vereador Marcelo. Vereador, um abraço no pessoal da nossa querida cidade maravilhosa. Como é que se chama a pousada? Tormenta. Hotel Fazenda Tormenta. Obrigado pela presença, vereador. Um abraço para você. Sr. Presidente, é isso que eu gostaria de dizer. Gostaria de mencionar a nossa preocupação. Quando se fala de idoso, a gente não pode brincar, porque os estelionatários estão agindo demais, presidente.

Inclusive, vou fazer mais um alerta. Você, minha amiga, meu amigo, você que possui motocicleta, tome cuidado. Tranque-a e trave-a da maneira mais complicada que você conseguir para dificultar a ação de ladrões que estão levando muitas motos. E eles levam motos numa rapidez impressionante, é uma coisa impressionante. Eles não levam, às vezes, 20 segundos para levar uma motocicleta. Em 20 segundos, estouram o tambor da moto, levam e desaparecem. Você não vê a motocicleta nunca mais, é muito difícil mesmo. É claro que a polícia faz o seu combate. Ela faz o que é possível. A polícia está nas ruas, e a gente sabe o trabalho que fazem a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Penal, enfim, todas as polícias, mas elas não podem estar em todo lugar ao mesmo tempo. E a rapidez com que esses caras furtam motos é uma coisa impressionante. É uma coisa impressionante.

Esta tribuna não serve só para falar sobre política. Aqui temos que falar dos problemas do dia a dia e alertar as pessoas e a sociedade para que possam se prevenir, como falei aqui hoje, tanto no caso dos idosos – estou vendo muitos idosos sendo vítimas de estelionato – quanto no caso dessa quantidade de furto de motocicleta que a gente vê por aí. Tomem cuidado, isso não é brincado. Quando a levam, é muito difícil recuperá-la, porque esses caras, em meia hora, levam a moto ao local e já desmancham tudo, já picam tudo. Às vezes, você fica com um carnê dessa grossura nas mãos para pagar por uma coisa que você não tem. Então tomem muito cuidado, a gente sempre fala isso. Às vezes, você fala que “isso só acontece com os outros, só acontece com o cara da rua de cima, só acontece com a pessoa da rua de baixo”, mas, na verdade, isso acontece com qualquer um. Então você tem que tomar cuidado, não é? Tranque a sua moto, porque hoje a motocicleta não é mais lazer. Vocês podem ter certeza de que, para 80% ou 90% da população,

uma motocicleta hoje é um ganha-pão, ela serve para trabalhar, para que esses meninos que andam pelas ruas aí, dia e noite, os entregadores, possam trabalhar, possam levar o pão de cada dia para casa. Cerca de 90% dessas motos que você vê rodando são de trabalhadores que vivem dela.

Fico muito contente em saber que, parece-me, a Prefeitura de Belo Horizonte está estudando uma maneira de colocar faixa azul em algumas avenidas de Belo Horizonte, justamente a faixa azul que existe em São Paulo há muito tempo. Fui lá no ano passado para conhecer isso. Esta é uma ideia que eu queria trazer para Belo Horizonte: uma faixa azul onde o motoqueiro anda. Ele anda só dentro daquela faixa, só onde há faixa. Ele não sai daquela faixa. Por quê? Porque, hoje em dia, o motoqueiro anda no corredor, não é? Ele anda no corredor. Se fizerem a faixa azul, o motoqueiro vai continuar andando naquele espaço, mas dentro da faixa. Quero dizer que o carro não vai invadir a faixa, e ele não vai invadir o espaço do carro, fora da faixa, o que funciona muito bem em São Paulo.

Estive lá e falei com um usuário, que elogiou muito a faixa azul. Na época em que estive lá, conversei e conheci essa faixa azul. Já está passando da hora de colocar isso em Belo Horizonte pela quantidade de motos que a gente vê pelas ruas da capital e da região metropolitana. Temos muitas avenidas grandes e longas, que tranquilamente vão comportar essa faixa azul, mesmo porque, volto a repetir, eles usam o corredor, e o corredor nada mais é do que um corredor. E essa faixa azul vai ficar justamente nesse corredor onde eles têm que andar. Claro, respeitando-se, um atrás do outro, mas sem poder ficar ziguezagueando para tudo quanto é lado. Isso não vai poder. Aí vai da consciência do piloto. É isso que a gente queria falar, Sr. Presidente. Eu fico muito satisfeito quando eu vejo que a prefeitura está se mobilizando para isso. Foi uma ideia que eu tive no passado para poder facilitar não só a vida do motoqueiro, mas também a vida do cara que dirige carro, do motociclista, do motorista de ônibus, do motorista de táxi, do motorista de Uber, do motorista de caminhão. Se funciona em São Paulo, que tem um trânsito muito mais pesado que aqui – diga-se de passagem –, por que aqui não é possível? Se se colocar, nós vamos aplaudir. Se não se colocar, vamos continuar sugerindo para a prefeitura de Belo Horizonte. Nós também podemos solicitar para outras... Nós temos Betim, nós temos Contagem. Nós temos cidades grandes na região, que podem também colaborar com os motoristas, com os motociclistas de fazer essa colocação.

Muito obrigado a todos. Um abraço para o pessoal do Carmo do Rio Claro. Um grande abraço! Obrigado, vereadores do Carmo do Rio Claro. Um abraço para vocês. É uma cidade maravilhosa que eu tive o prazer de conhecer e fui muito bem recebido por vocês. Muito obrigado de verdade. Quem não conhece a cidade pode conhecer porque vale a pena. Sr. Presidente, é isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigado pela atenção de todos.

O presidente (deputado Mauro Tramonte) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Bechir.

O deputado Duarte Bechir – Muito obrigado, presidente. Presidente, cada um de nós chega a esta Casa vindo de uma cidade, de uma região e trazendo consigo a sua história. Em 1992, eu participo pela primeira vez da vida pública e me candidato a vereador na minha querida Campo Belo. Embora eu não seja filho de Campo Belo, tive o orgulho e o prazer de nascer tão próximo, em Cristais, uma cidade pequena. Mas, como era a cidade-mãe, regional, recorriamos a Campo Belo para estudar, fazer faculdade, cuidar da saúde.

Em 1992, através daquela eleição, eu chego à Câmara Municipal de Campo Belo. Obtive 278 votos. Fui o terceiro do MDB – naquela época, do PMDB – e cheguei cheio de orgulho à câmara municipal, em 1993. Pelo fato de terem sido eleitos nove vereadores novatos contra seis com mandato anterior, resolvemos nos unir para poder escrever uma história juntos. Eram nove vereadores novatos. Dessas reuniões, surgiu o desejo de eleger um presidente que também pertencesse ao grupo de vereadores novatos.

Eu falo isso, presidente Tramonte, porque, conforme eu disse, cada um de nós traz consigo uma história de vida. Eu chego à câmara municipal, em 1993, na condição de presidente já no primeiro mandato. Foi muito desafiador. Havia o regimento interno, o comando da câmara, vereadores experientes na bancada. Nós tivemos que estudar o regimento interno, ler e reler a lei orgânica e nos

preparar para aquele grande desafio, que seria dar à Câmara Municipal de Campo Belo uma condição de trabalho que representasse os anseios da nossa sociedade, que elegeu nove vereadores novatos, dentre quinze possíveis.

A sociedade já dava o recado de que queria mudança no parlamento, como também na prefeitura municipal. Na prefeitura, para completar essa história, foi eleito o superintendente do Banco do Brasil, o saudoso amigo – saudosa memória – Romeu Tarcisio Cambraia. O partido dele, montado de última hora, só elegeu um vereador. Nós, do MDB, elegemos quatro; a oposição, seis, totalizando os quinze. Então o prefeito também de primeiro mandato ainda não tinha vivência política e precisava que fizéssemos uma união em favor do município, para juntos alinharmos os objetivos, não trazendo conosco as divergências partidárias e políticas, mas levando, na nossa mente, no nosso coração, o desejo de bem servir à nossa cidade. Então criamos, na câmara, uma base de sustentação do prefeito à época a qual ele não tinha do seu lado, considerando o número de vereadores eleitos. E foi um trabalho muito bonito.

Eu começo essa história, presidente Tramonte – eu disse, no início, que cada um traz a sua história –, porque eu queria trazer a minha. Após ter sido vereador e presidente da câmara, fui prefeito de Campo Belo de 2001 a 2004. Fomos o grupo dos prefeitos do novo milênio. Administramos de 2001 a 2004 e também fizemos a nossa história no Executivo. Aonde eu quero chegar, você, que me vê em casa, e colegas da Casa? Eu quero dizer que, nesta semana, no domingo, a minha Campo Belo completará 146 anos de emancipação político-administrativa. Hoje, para mim, continuar aqui, na Assembleia, não somente representando a minha Campo Belo ou a minha querida terra Cristais, mas também representando os municípios que agregam o nosso mandato... Eu quero, de uma forma muito especial, abraçar a todos os campo-belenses, aqueles que tiveram a oportunidade de nascer nesse solo querido, respeitado e que por ela tenham trabalhado; aqueles que, assim como eu, vieram de outros municípios, mas que foram para lá para também trabalhar e fazer crescer essa terra tão abençoada.

Como vereador e prefeito, esses oito anos dedicados à vida pública na minha cidade, com toda a certeza, daqui da tribuna da Assembleia de Minas, lembrando os feitos de quando vereador e, claro, muito maiores, quando fui prefeito de 2001 a 2004... E as conquistas foram muitas. É cada um de nós, ao seu tempo, ao seu modo, cria a sua história. Hoje, minha querida Campo Belo, podendo comemorar os seus 146 anos, eu quero recordar os passos tão importantes que conseguimos naquela época. Primeiramente, eu me lembro de que, quando cheguei à disputa do pleito municipal, eu dizia que, em uma cidade do tamanho de Campo Belo, não somente em extensão territorial, mas principalmente pela quantidade de habitantes, era vergonhoso não haver um centro de tratamento intensivo, mesmo que fossem, pelo menos, um ou dois leitos para tratamento intensivo. Mas não existia nenhum. Naquela época, em 2001, as mamografias, que hoje temos aí espalhadas em muitos municípios através da saúde pública, seja estadual, seja municipal... Eu fui o prefeito que adquiriu o primeiro mamógrafo que viabilizou, que possibilitou a realização desse exame tão importante para as mulheres, o que foi uma grande conquista. Então, Sr. Presidente Mauro Tramonte, senhoras e senhores, ao lembrar que hoje Campo Belo tem 20 leitos de CTI, quero dizer que eu criei os primeiros 5 – eles foram criados na nossa gestão, na Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo de Campo Belo. Por isso, eu digo que cada um de nós, que vem da sua cidade, da sua região, chega a esta Casa com a sua história, com a sua experiência, com a sua dedicação, para somar esforços agora em favor do Estado e, claro, dos municípios que nós representamos.

É uma alegria hoje estar aqui comemorando o aniversário de Campo Belo, além da saúde. Nós implementamos o maior número de postos de atendimento – os PSFs foram conquistas da nossa época. O Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança.

A mãe, ao ter certeza de que estava grávida, já se dirigia ao Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança e lá recebia os primeiros cuidados, desde o início da sua gestação até o momento da chegada do seu filho. Depois, havia ainda o pediatra acompanhando a criança. Com isso, demos às mães a segurança de ter uma gestação de muita qualidade e muito respeito. Lembro-me de que o Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança levou o nome da parteira mais antiga do Bairro Alto das Mercês, um bairro muito grande de Campo Belo, D. Maria Salomé de Jesus. Ela foi uma parteira que escreveu história, uma história muito bonita. O centro de saúde, presidente, está lá, até hoje, funcionando com a responsabilidade de cuidar da mulher e da criança.

Há inúmeras outras conquistas. Viabilizamos o atendimento nos postos de saúde e fomos a administração que mais colocou à disposição do povo qualidade e quantidade de medicamentos. Eles foram distribuídos no nosso governo, e, naquela época, não havia farmácia pública de governo. O governo não tinha, como tem hoje, as farmácias públicas, em que os medicamentos são comprados pelo Estado e enviados para o município. Então, quando terminei meu mandato em 2004, chamavam-me de “o prefeito da saúde e da educação”. Não que não tenhamos história em obras públicas. Sim. Mas a vida da pessoa não pode estar ameaçada. A segurança da vida vai ao encontro da saúde que o seu povo tem. Uma pessoa adoecida não vai para o trabalho, não vai para a escola, então é preciso cuidar da saúde.

Então hoje, ao comemorar na Assembleia os 146 anos da minha querida Campo Belo, sinto, presidente, que, ao vir para cá e deixar essa história lá, ela continua mais viva do que nunca – muito mais viva –, porque, depois que aqui cheguei, em 2009, nossa história continuou. Em todos os anos – repito, em todos os anos – de mandatos aqui, nesta Casa, nunca deixei de enviar à Santa Casa de Misericórdia de Campo Belo sua verba por meio da nossa emenda. Neste ano, em um trabalho muito especial, com a Secretaria de Estado de Saúde, a Santa Casa tem disponibilizado uma atenção muito especial à questão de traumas, ou seja, ortopedia, sendo ela qualificada regionalmente para atender a todos os municípios. Ela falta com a responsabilidade de atender às cirurgias eletivas. Num desenho, num trabalho muito importante com a Secretaria de Estado, visualizamos a possibilidade, então, de oferecer mais 30 novos leitos a serem construídos na Santa Casa de Campo Belo, que vão viabilizar mais de duzentas cirurgias por mês. Estamos falando da oferta de quase duas mil e quinhentas cirurgias eletivas por ano, a partir de 2026.

O orgulho, presidente, de poder comemorar os 146 anos de Campo Belo, é por poder sentir uma frase dita pelo meu querido e saudoso amigo, o ex-prefeito Tarcisio Cambraia. Ele participou de uma determinada comemoração, em que se entregavam títulos de cidadão honorário, congratulou os homenageados e disse: “Mais importante do que nascer em Campo Belo, é Campo Belo nascer no coração da gente. É ter respeito, é ter dedicação, é ter comprometimento”. Hoje, ao comemorar aqui os 146 anos da querida Campo Belo, posso dizer que estamos no caminho certo. Trabalhei muito. Continuo trabalhando muito, mesmo quando vereador, de 1993 a 1996, e mesmo quando prefeito, de 2001 a 2004. Estou desde 2009 nesta Casa e tenho muito orgulho, no quinto mandato, de poder comemorar, com a minha querida Campo Belo, as inúmeras conquistas.

E, para não deixar que nenhum dos municípios que a gente atende, que a gente representa, pense que fica para trás em relação ao carinho e ao comprometimento que tenho com Campo Belo, destaco que represento no governo de Minas, aqui na Assembleia, as cidades onde trabalho. Eu quero, a cada tempo, a cada momento, lembrar a nossa história nos demais municípios – municípios que fazem parte da minha vida, do meu trabalho. Sr. Presidente, aos sábados e domingos, eu poderia estar em casa, mas estou sempre viajando. Estou muito mais na estrada e aqui na Assembleia do que dentro de casa.

Às terças, quartas e quintas-feiras, há expediente. Podem conferir a minha presença nos trabalhos. Na quinta, da tarde para a noite, já estou na estrada, com a proteção divina, viajando por todos os cantos de Minas Gerais. Há uma coisa, presidente, que gosto de enaltecer: eu dirijo o meu carro, embora haja condutores que viajam comigo. Gosto de dirigir. E Deus tem abençoado muito o nosso trabalho.

Para finalizar, presidente: ninguém nos tira o orgulho de representar a nossa cidade e de trabalhar por ela. Como deputado estadual, também com a mesma intensidade, tenho o orgulho de trabalhar pelos municípios que represento e por toda Minas Gerais. Embora em algumas votações a gente precise trazer a experiência do Executivo. Isso porque, quando se é vereador, o mais fácil é fazer indicação. Quando se é prefeito, o mais difícil é fazer obra, porque é preciso ter recurso. Mas aqui, na Assembleia, as emendas, que não são de agora, não são de um ano ou dois, mas de algum tempo atrás, de 2018 para cá, se tornaram impositivas, permitindo-nos levar mais recursos e representar melhor o nosso povo.

E eu dizia, em algumas votações, que é preciso termos postura, posição, porque não podemos discutir aumento de salário, vencimento e despesa, sem termos a coragem de discutir aumento de receita, uma vez que a conta não fecha. Temos que ter coragem

de pedir recurso, mas também temos que ter coragem de discutir o crescimento da receita, senão a conta não fecha. E isso eu faço com muito orgulho. Nunca tive receio de agir dessa forma, defendendo os interesses de Minas, em vez de fazer uma política que não nos conduz ao êxito.

Presidente, agradeço por ter ficado um pouco mais para completar esta fala e, agora, para encerrar de verdade: Campo Belo tem um hino muito bonito. Ele começa assim, presidente: “Campo Belo, cidade montesa,/ que branquejas no altar de uma serra,/ numa eterna expressão de beleza,/ como igual não há outra na Terra:/ És a paz, o trabalho que ufana,/ do progresso no espírito novo”. Concedei em seus braços de gente serrana a nossa querida e amada Campo Belo! Parabéns, Campo Belo, pelos seus 146 anos de história. Tenho muito orgulho de ter participado ativamente e, ainda nos dias atuais, com muito carinho. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Bechir. Um abraço para a cidade maravilhosa de Campo Belo.

Registro de Presença

O presidente – Como destacamos a presença do vereador Marcelo da cidade de Carmo do Rio Claro, gostaria de destacar também a presença do vereador Sandro Pescador e do prefeito Filipe, de Carmo do Rio Claro. Obrigado pela presença de vocês. Quero destacar, Sr. Presidente, os 100 anos da nossa querida Associação Atlética Caldense, a Veterana, que, neste mês de setembro, completa 100 anos de existência. Então parabênizo a nossa querida Caldense, time do coração. Um abraço a vocês.

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Quero também saudar o prefeito Filipe, já nominado pelo ilustre deputado Mauro Tramonte. Eu e Filipe nos conhecemos, Mauro, numa época em que era vereador, quando vi o seu brilhantismo, a sua garra, a sua determinação. Hoje, transforma-se em prefeito. Embora tentem diminuir o seu brilho, o brilho dele é intenso, como a grandeza daquele lago que brinda a nossa Carmo do Rio Claro. E apagar esse brilho não é fácil, não. Força e fé!

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Designação de Comissões

O presidente – A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2024, do deputado Lucas Lasmar e outros, que acrescenta os incisos V e VI ao parágrafo único do art. 186, bem como os incisos VII e VIII ao art. 188 da Constituição do Estado de Minas Gerais. Pelo Bloco Minas em Frente – BMF: efetivos: deputado Gil Pereira e deputada Ione Pinheiro – suplentes: deputados Tito Torres e Rodrigo Lopes; pelo Bloco Avança Minas – BAM: efetivo: deputado Enes Cândido – suplente: deputado Doutor Paulo; pelo Bloco Democracia e Luta – BDL: efetivo: deputado Lucas Lasmar – suplente: deputado Doutor Jean Freire; pela Bancada do PL: efetivo: deputada Amanda Teixeira Dias – suplente: deputado Caporezzo. Designo. Às comissões.

A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2024, do deputado Arlen Santiago e outros, que altera o art. 160-A da Constituição do Estado e dá outras providências. Pelo BMF: efetivos: deputado Adriano Alvarenga e deputada Chiara Biondini – suplentes: deputados Tito Torres e Gil Pereira; pelo BAM: efetivo: deputado Arlen Santiago – suplente: deputado Noraldino Júnior; pelo BDL: efetivo: deputado Lucas Lasmar – suplente: deputado Luizinho; pela Bancada do PL: efetivo: deputado Lincoln Drummond – suplente: deputada Amanda Teixeira Dias. Designo. Às comissões.

Comunicação da Presidência

A presidência informa que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 14.125 a 14.128/2025, da Comissão de Administração Pública, 14.129 a 14.131, 14.134 a 14.137, 14.146 e 14.147/2025, da Comissão de Direitos Humanos, e 14.162 a 14.176/2025, da Comissão de Educação. Publique-se para fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência da seguinte comunicação:

da Comissão de Saúde, informando que, na 24ª Reunião Ordinária, realizada em 24/9/2025, foram aprovados os Requerimentos n°s 13.890/2025, da deputada Andréia de Jesus, e 13.931, 13.932 e 13.936/2025, da Comissão de Participação Popular (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento n° 10.197/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para comemorar o centenário do Automóvel Clube de Minas Gerais, e o Requerimento n° 12.631/2025, da deputada Ione Pinheiro e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Fundação Helena Antipoff pelos 70 anos de sua fundação.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 3 minutos para entendimentos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Registro de Presença

O presidente – Nós tivemos, nesta tarde, a participação do Parlamento Jovem de Sabará, a quem queremos congratular, agradecer e parabenizar. Essa oportunidade que o Parlamento Jovem dá é um momento importante na vida de vocês. Amanhã, alguns de vocês – as meninas ou os jovens presentes – poderão estar aqui, e estarão muito mais preparados e capacitados. Mesmo na cidade de Sabará, como vereadores, prefeito ou vice-prefeito, quando se faz o Parlamento Jovem, esses são outros momentos da vida. Essa é uma oportunidade extraordinária. Sejam bem-vindos, membros do Parlamento Jovem de Sabará, a quem a Casa recebe com muita alegria. Parabenizamos vocês pela atividade e pela atitude. Parabéns!

O presidente (deputado Zé Laviola) – Vem à Mesa requerimento do deputado Cassio Soares, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao deputado Duarte Bechir. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 60 minutos. Com a palavra, o deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, deputado Zé Laviola, antes de falar do nosso tema, quero mais uma vez falar do Parlamento Jovem, agora da tribuna. Essa história, essa passagem pela vida pública... Aqui há professores, há representantes de agricultores, há empresários, enfim, pessoas com as mais diversas iniciativas. Nós sempre as tratamos muito bem e as respeitamos por aquilo que fizeram antes de chegarem aqui. Certamente o Parlamento Jovem – e esta Casa tem participado – traz uma mudança de postura que dá a vocês uma dimensão muito próxima da realidade de cada uma das obrigações daqueles que entram na vida pública. O vereador legisla e fiscaliza dentro do âmbito do município. Então ele faz leis, fiscaliza os atos da administração e interage com a população através de audiência pública para descobrir ou para levantar o verdadeiro problema da cidade e transformá-lo em ação. O prefeito, por sua vez, administra os recursos e estabelece o quanto vai gastar numa área ou em outra, e muitas vezes, quando lhe falta

essa experiência que vocês têm hoje no Parlamento, sua visão não pode retratar a realidade. Quando ele trata a realidade com a consistência e com o desempenho que vocês estão tendo no Parlamento Jovem, certamente as atividades e as ações são outras, e muito melhores. Então quero dizer que o Parlamento Jovem é uma iniciativa que nós temos que buscar, implementar e fortalecer em todos os municípios, porque, com toda certeza, ela traz melhores legisladores, melhores prefeitos, melhores governadores, melhores senadores e até mesmo melhores presidentes da República.

Estava aqui presente o deputado Ricardo Campos, do Partido dos Trabalhadores, a quem eu gostaria até de fazer uma homenagem, mas ele teve que se ausentar. O deputado Ricardo Campos entrou aqui como *office boy* da Assprom. O menino de 15 anos trabalhou na Casa, foi ganhar a vida e voltou como deputado estadual. Situações como essa valorizam muito a vida das pessoas. Vocês, se tiverem essa oportunidade – que Deus os abençoe! –, sigam em frente. É um caminho maravilhoso. Quem vai ganhar é Minas, é o município, é o Brasil. Parabéns a vocês por estarem aqui hoje fazendo parte do Parlamento Jovem!

Presidente, fiz essas considerações porque não sei se V. Exa., assim como eu, teve a oportunidade de se preparar para os embates da vida pública, de ter uma escola como o Parlamento Jovem oferece, por exemplo. Eu contei agora há pouco a história de Campo Belo – V. Exa. partilha comigo o sentimento –, que domingo estará completando 146 anos. Em 1992 fui eleito vereador dessa querida cidade pelo antigo PMDB, hoje MDB, do nosso líder e ex-prefeito João Gibran. O seu João Gibran deixou para todos nós, campo-belenses, a marca registrada de um prefeito que trabalhou muito pelo social. O social em Campo Belo teve a sua época áurea pelas mãos, pela consciência e pelo trabalho do ex-prefeito João Gibran, que fez uma ação muito importante. O prefeito anterior construiu um clube, que poderia ter piscina e salão de dança, e ele, ao assumir a prefeitura, trocou a função do clube, que se tornou uma policlínica. Desde a época em que o seu João foi prefeito, essa policlínica resolveu a vida de muita gente e, com as suas portas abertas, garantiu principalmente ao trabalhador e à pessoa que não tinha recursos o custeio de uma consulta médica e da compra do medicamento.

Estou falando do período de 1972 até 1978. Naquela época, não havia postos de saúde com medicamentos, como temos hoje; não havia o Programa Saúde da Família – PSF – com os médicos no bairro, como temos hoje. Cada bairro tem o seu médico! Os PSFs têm dado uma resposta muito positiva. Naquela época, não existia isso. Não existiria, em Campo Belo, um tratamento de saúde eficaz, que desse respostas positivas e, naquele momento, imediatas, se não fosse, naquela época, a transformação daquele clube de saúde em uma policlínica, onde se realizavam, já naquele tempo, os exames mais complementares para diagnosticar uma enfermidade, como exames de sangue, urina e os mais variados, assim como consultas médicas. Já naquela época! Década de 1970 até 1980!

O seu João, então, escreveu uma história muito bonita na nossa Campo Belo. Fui por ele convidado para ser candidato a vereador. Eu tinha entusiasmo. Aliás, confesso que o entusiasmo que me movia sempre foi muito grande. Eu, hoje, com os meus 68 anos, já no quinto mandato, brinco e, às vezes, digo às pessoas: “Olha, eu ainda sou o Duarte de 1992 e aquele que foi vereador de 1993 a 1996. O que me move e o que me faz viajar pelas minhas bases e levar soluções para os meus municípios é esse entusiasmo, que é o mesmo de 1992, quando participei das eleições e fui eleito pela primeira vez”.

Esta semana, presidente, como eu dizia, no domingo, dia 28 de setembro... O ano da emancipação foi 1879. Portanto estamos comemorando 146 anos no domingo, e ainda temos muitas coisas para fazer e muitas batalhas para vencer. De 2001 a 2004, quando fui prefeito, nós começávamos a escrever uma história que me deu e que me dá sustentação para o mandato de deputado estadual. Eu dizia, presidente Zé Laviola, que nenhum lugar onde se gasta mais do que se ganha, nenhuma casa onde o pai de família gaste mais do que ganha, reunindo-se a receita familiar, prospera. Você tem que equilibrar a receita com a despesa. Se você for equilibrado, sempre deixará uma pequena sobra ou, no mais, empatará. Por quê? Porque a pequena sobra serve para as eventualidades. A gente não sabe o dia da manhã. Há quem diga: “Olha, se amanhã eu precisar ser internado, tenho até um recurso guardado; e, se vier a falecer, também tenho um recurso guardado”. Então são pessoas que se preparam.

Tendo sido prefeito em Campo Belo, o meu norte e as minhas ações aqui, na Casa Legislativa, me levam e me remetem a uma ação ou a várias ações diferentes das de muitos que só viveram experiências no Parlamento. O Parlamento é uma casa de debates, onde as pessoas, em sua cadeira ou usando o microfone aí debaixo, no Plenário, ou este microfone aqui, estabelecido na parte de cima, assim como o de lá, falam, relatam os seus sentimentos. A experiência de cada um daqueles que tiveram a oportunidade de fazer parte do Executivo antes de vir para cá, com toda a certeza, contém uma condicionante diferente da experiência daqueles que nasceram, criaram-se e viveram e vivem tão somente no Legislativo.

Com isso, não quero, em momento algum, dizer que o Legislativo não seja importante; ele o é, pois é uma Casa da qual faço parte com muito orgulho. Mas eu dizia que, quando vimos para cá, cada um de nós tem uma história. Há exemplos: temos aqui médicos, inclusive sou muito amigo do Doutor Jean Freire, que é do Partido dos Trabalhadores; sou muito amigo do Doutor Paulo, que é de Pouso Alegre, meu vizinho – o Jean é do Vale do Jequitinhonha e Doutor Paulo é do Sul de Minas. No nosso partido, temos o Doutor Wilson Batista. Digo que ele tem uma mão abençoada, pois faz cirurgias que recuperam pessoas que passaram por tratamento oncológico e as restitui. Essas são mãos que vieram para cá e que trazem a experiência médica na formação de leis e na implementação e discussão de debates que valorizem a saúde.

A nossa experiência do Executivo, senhoras e senhores, nos remete a uma situação ainda diferente. Temos pela frente projetos que vão impactar principalmente as redes sociais. Temos pela frente, por exemplo, o Propag, que é o projeto que votaremos para definir como Minas Gerais vai pagar a sua dívida à União. Tive a oportunidade de fazer parte de uma comissão temporária criada pelo nosso querido ex-presidente Dinis Pinheiro, em que discutimos a dívida de Minas com a União. Pode-se tão somente dizer: “Olhem, a dívida de Minas é R\$200.000.000.000,00”. *Ok.*, mas como ela se deu? Como ela cresceu? Quando ela se iniciou? Como foram feitas as correções? Digo, com toda certeza, que, se a dívida de Minas fosse justa e se fossem cobrados juros justos, ela seria perto da metade. Fora o que Minas já pagou, ela já estaria paga. Isso mesmo. Mas por que pagar? É porque faltou no governo federal o que nós fizemos na Assembleia.

Lembro que fomos à plenária da Assembleia de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde o conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Sebastião Helvécio, ex-parlamentar desta Casa, foi um dos convidados para debater com os gaúchos o andamento, o crescimento e a história da dívida pública de Minas Gerais com o governo federal. Após suas palavras, Sebastião Helvécio, nosso ex-conselheiro, ex-deputado e médico, deixou perplexa a plateia que nos acompanhava naquele dia. Hoje se pode discutir que foi um erro não ter feito a correção devida nem tomado as precauções que deveria ter tomado, mas o tempo não nos socorre. Hoje o tempo não nos socorre. Porém, se a gente ficar calado e não dizer que a Assembleia de Minas, já naquela época do presidente Dinis Pinheiro e, agora, sob o comando do presidente Tadeu Leite, em cada tempo, teve uma participação maravilhosa e decisiva para consolidar e para a gente cumprir esse objetivo de sanar a dívida e dar a Minas um novo momento na sua história...

O presidente Tadeu Leite tem feito a sua parte e envolvido a Casa no debate. Ele tem trazido a sua manifestação a todos nós, empenhando a sua palavra em relação a ser preciso discutir e criar caminhos. O que não podemos é cruzar os braços ou não participar ativamente. A Casa está se movimentando para isso. Eu dizia que, quando a gente chega aqui trazendo a experiência, a gente chega para tomar decisões, que, às vezes, podem parecer equivocadas. Eu disse que cada bancada, cada grupo de parlamentar tem uma atuação. Cabe ao grupo da oposição – e sempre coube à oposição – criticar, levantar a sua visão desse fato, que pode estar distorcida, mas é o direito de cada um exercer o seu papel.

Digo que a minha luta nesta Casa é para esclarecer. Luto pelo melhor caminho. Sempre digo, presidente, que nunca busquei o aplauso fácil: chegar à tribuna e me dirigir às pessoas para ser aplaudido. Na maioria das vezes, faltaram-me essas palmas, mas a minha consciência está tranquila com o trabalho que fizemos. Cada voto que decidimos aqui, primeiro, é de conhecimento e, segundo, de muita responsabilidade. Temos o conhecimento e a coragem de enfrentar uma batalha que sabemos que não é fácil. As provocações virão, e os *fakes*, na mesma proporção, também virão. Porém temos a coragem e o comprometimento de votar a coisa certa.

Normalmente, depois de votações como essas, a informação que chega à boa parte da população é de que não se deveria ter tomado essa decisão, de que essa decisão não teria sido a melhor. Já estamos acostumados a isso – estamos acostumados –, porque, nas suas viagens, nas suas manifestações, onde quer que você esteja, fora deste ambiente da Assembleia, muitas das vezes, a plateia é formada por pessoas que já vêm preparadas para não concordar com aquilo que precisamos ter coragem de fazer. Essas são plateias e assistências que vêm e que não permitem nem que um deputado fale quando quer apresentar uma posição diferente daquela que eles foram preparados para vir aqui defender.

Hoje, em alto e bom som, tenho a oportunidade de dizer que, nesses anos que aqui passei, amadureci, me tornei mais experiente e me considero pronto para o embate. Estou pronto para continuar ajudando Minas Gerais. Sempre repito: o melhor deputado não é aquele que dá mais, mas é aquele que se preocupa com criar condições para poder oferecer os benefícios. Aumento de salário e de vencimento é muito justo, mas temos que brigar pela receita, para sermos capazes de pagar a conta. Não se fecha uma conta em que você gasta, gasta, conforme eu disse há instantes, mas não briga por conta da receita.

Então, presidente, vamos ter alguns embates que trarão esclarecimento a uma boa parte da população. Nunca tive receio, onde quer que esteja, de me manifestar e de levar à população a minha presença, a minha realidade e principalmente o meu voto. Nós somos 77 parlamentares. Todas as regiões estão aqui representadas. Temos aqui a bancada do Triângulo, a bancada do Norte, a bancada do Centro-Oeste, a bancada do Sul. A gente faz um pouco parte dela, porque Campo Belo está um pouco perto do Centro-Oeste. A nossa regional de Saúde é Divinópolis, mas estamos limitando com o Lago de Furnas e nos dividimos pelo 35, que é o DDD – toda a parte do Sul é 35 e, na parte do Centro-Oeste, já começa o 37, que é o de Divinópolis. Todas as regiões são representadas – todas –, e há votos dos mais variados. Não é pela região que se vota. Nós temos deputado que é do Vale Jequitinhonha e que vota diferente de muitos deputados do Vale. Temos deputados do Triângulo que, muitas vezes, não votam em conjunto. E aí é que se formam as opiniões. E a opinião de cada um e de cada grupo nós levamos à discussão com os nossos líderes. O líder do nosso bloco é o deputado Cassio Soares. Ele é de Passos, um moço que já tem quatro mandatos, é muito bem-preparado e lidera o nosso bloco. Deveremos iniciar, já nos próximos 15 dias, os principais debates sobre o Propag.

Quero dizer que, a cada momento que recebo mensagens por meio das minhas redes sociais, *e-mails* e comunicações de outras plataformas, procuro responder e marcar a minha posição, sempre com muita lucidez. Ontem, aqui, eram aplaudidos e gritados somente os nomes de deputados de oposição. Gritavam o nome de cada um e batiam palmas. Ontem fui, até de certa forma, chamado à atenção por uma pessoa que gritava o meu nome e que é vizinho de cidade. Ele dizia: “Queremos ver a sua posição, deputado, na votação”. Não respondi. E hoje, neste momento importante na Casa, em que a gente tem oportunidade, quero compartilhar com essas pessoas essa nossa fala. Quero dizer que eu nunca joguei para a plateia. Eu disse, agora há pouco, que, nas votações em que se recebe palmas, é porque as pessoas que vêm para criticar normalmente são convidadas. Muitas pessoas que estão nos vendo agora, de casa, acompanham o trabalho pelas nossas votações, pelas nossas ponderações, e elas não vêm se manifestar na Assembleia. Quase em sua totalidade, aqueles que vêm à Assembleia se manifestar já fazem parte de um convite para defender as ideias de uma ala da Casa.

Não faço parte de ala que se sente representada para poder receber palmas, mas faço parte de um grupo de mineiros responsáveis por tudo aquilo que criamos aqui em favor de Minas Gerais. Não fui eleito pela base do atual governador. Não fui eleito. Não fui eleito pela base do ex-governador Fernando Pimentel, que governou antes do Zema. Acompanhe as minhas votações nesta Casa. Acompanhe o período em que Pimentel foi governador de Minas. Nós votamos muitas questões que o governador trouxe para esta Casa. O grupo de que eu fazia parte, no mandato anterior, tornou-se oposição. Fiquei trabalhando por Minas Gerais e votei com o governador Fernando Pimentel em muitas ações ou em quase todas. E não é diferente com o governador Romeu Zema.

O deputado Zé Laviola é do Partido Novo, o partido do governador. O Partido Novo elegeu apenas dois deputados. Eu gostaria de retornar ao início da minha vida pública, quando o prefeito da minha cidade elegeu 1 vereador de 15. A governabilidade não presume que você seja aquele que vá votar tudo que chega para o seu governo. Não, você vai votar aquilo que você acha que é

certo. Na semana passada, Laviola, nós derrubamos um veto do governador aqui – a questão das ECVs. O governador vetou. Nós conversamos, porque esse projeto passou por esta Casa, foi discutido, e resolvemos, então, derrubar o veto do governador. Votamos contrariamente àquilo que o governador Romeu Zema pediu para a Casa votar. Então nós derrubamos um veto, o que significa que votamos contrariamente ao veto.

O nosso voto, o meu voto, sempre foi de muita responsabilidade, de muito comprometimento, o que nos leva, ao final dos nossos trabalhos na Assembleia, por exemplo, a sair daqui de cabeças erguidas. Quero dizer a todos: cumpri a minha história, cumpri o meu destino e vou sair de cabeça erguida. Vou cuidar da minha vida. Vou cuidar da família, mas deixo para trás uma existência. Não vou macular essa existência. Muitas pessoas vêm aqui, e, às vezes, se nós votarmos contrariamente, elas vão xingar, vão colocar defeito e vão mandar para as redes sociais. Mas eu, não. Vim para cumprir a minha obrigação. Vim para votar de forma correta, de forma coerente.

Está, no Plenário, o deputado com o maior número de mandatos na Casa, o deputado Gil Pereira. Ele está aqui e sabe que, nas citações do governo, nós somos citados, nós somos citados como sendo o partido que dá alicerce ao governo. Então, do alto desta tribuna, em qualquer momento e em qualquer parte da minha permanência e da minha passagem pelo Legislativo estadual, eu não deixei e não vou deixar que alguma das minhas votações não sejam frutos do meu entendimento e, acima de tudo, da minha coragem e do meu compromisso com o povo de Minas Gerais.

Então, senhoras e senhores, estou aqui, mas não é na defesa do meu mandato, não é na defesa dos meus eleitores, de forma alguma. Estou aqui para defender uma votação de que me orgulhe. Eu dizia que o governador Romeu Zema elegeu dois deputados: o Dr. Maurício e o Zé Laviola. Se o governador não tem aqui uma base, ele não governa. Então dar governabilidade significa acompanhar o governo e acompanhar a votação das coisas que são boas. Não é que tenha que ser subserviente e falar: “Vou votar em tudo”. Não. Na semana passada, votei contra o governo.

Aproxima-se, Gil Pereira, a votação do Propag, algo de muita responsabilidade. Estamos lidando com uma situação em que o governador Fernando Pimentel, quando esteve no comando, não deu conta de pagar o salário dos funcionários. Ele teve que apossar de receitas do município, como até o ICMS, senão, ele não fechava o ano. Tudo também porque essa dívida descontava mensalmente, querendo ou não, na caixa do Estado, e não sobravam os recursos necessários para fazer face às despesas.

O Propag vai trazer algumas situações, Sr. Presidente, que nos vão dar a oportunidade de discutir. Recebi ontem uma correspondência, deputado Gil Pereira, dizendo: “É verdade que o governador vai colocar à venda um determinado prédio? É verdade que o governador vai alugar o palácio agora, porque seria uma receita a mais?”. Essas são perguntas e questionamentos que a gente recebe todo dia – todo dia. E o que tenho a dizer é o seguinte: o PL não chegou ainda ao Plenário. Ele não está disponível para que nós, deputados – a não ser os deputados das comissões –, tenhamos acesso ao PL que trata do Propag. Ele foi dividido em etapas, em situações diferentes, então ele vai chegar ao Plenário daqui a algum tempo. E, chegando ao Plenário, os deputados que não são das comissões – esse é o meu caso; faço parte da Mesa Diretora e não posso pertencer a nenhuma comissão – vão ter o acesso, porque ele sai da comissão de uma forma, talvez, diferente da que entrou. Na comissão, são feitas as emendas, emendas modificativas e substitutivas. As emendas podem alterar significativamente o projeto, e ele vai chegar aqui da forma que foi aprovado na comissão, não da forma como veio do governo. Muitas vezes ou quase sempre, a Assembleia discute e muda uma lei. Quando chegar aqui, quero fazer questão de estudar e me debruçar sobre o tema para poder, mais uma vez, votar de acordo com a minha consciência.

Eu já dizia que a situação não é para ficarmos sem ação; é para agir. A situação do Estado de Minas Gerais não nos permite hoje fazer grandes investimentos. Perguntam: “Mas qual é a obra que o Estado está fazendo? Quais são as obras?”. No Estado, se não liquidarmos, se não acharmos um caminho para a dívida, digo aqui, com toda certeza, que estaremos passando o tempo e, como dizem no interior, amassando barro. A receita é só para despesa; não há receita para investimento. E o Estado precisa ter

receita para investimento. Os nossos hospitais regionais precisam ser concluídos. Eles foram iniciados, mas não foram concluídos. Falta muita coisa para melhorar a saúde. Falta! Porém não se faz saúde sem investimento.

Sobre as nossas escolas estaduais: estive, deputado Gil Pereira, à frente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e fui visitar muitas escolas que são chamadas de escolas inclusivas, ou seja, a escola que faz a travessia daquela criança ou daquele jovem que termina o período seja na Apae, seja nos anos iniciais, e vai para uma escola especial. Essa escola especial é preparada para receber alunos com deficiência e acreditem, senhores e senhoras, muitas dessas escolas não têm a capacidade mínima. Quero dizer e repetir: não têm a capacidade mínima para receber uma criança com deficiência porque não têm nem acessibilidade. Crianças são carregadas nas suas cadeiras, numa demonstração clara de que falta respeito e comprometimento. Então há muito investimento. Há muita escola onde ainda não há uma quadra, e muitas outras não têm quadra coberta. Falta muita sala de aula para ser construída, reformada, ampliada. Nós temos que ter convicção de que a Assembleia, levando consigo essa responsabilidade para a votação... Temos que ter convicção de que vamos concluir uma parte desse nosso mandato, que representa muito para todos nós e que vencerá em 2027. O atual mandato vence no final de janeiro de 2027. Temos ainda um ano e cinco meses pela frente. O maior dos desafios nesse período – um ano e cinco meses – é estar situado com as necessidades do Estado; a primeira delas é discutir o Propag.

Presidente, quero reforçar essa posição de que, em momento algum, V. Exa. ou os pares me verão sendo aplaudido. Quero reforçar isso porque aqueles que, muitas das vezes, recebem palmas aqui não se preocupam com a Minas lá fora. A Minas lá fora é que é a nossa responsabilidade. Aqui dentro as provocações sempre existiram. Da minha parte, nunca houve falta de respeito nem com os visitantes e muito menos com os pares. Respeito todos aqueles e aquelas que fazem parte deste Parlamento.

Temos o melhor grupo técnico que uma Assembleia pode ter. Nas comissões, eles nos auxiliam nos pareceres. São técnicos que nos preparam para aquela análise e emitem o seu parecer técnico. Em relação a esse parecer que é emitido, nós temos – e devemos – como discutir e até mesmo mudar. Mas os pareceres que nos são formulados são de pessoas preparadas, de pessoas que tiveram tempo para estudar antes de vir para cá e que são *experts* nesses assuntos. O médico que chega aqui, por exemplo, não é obrigado a entender de economia, mas vai ter que votar numa situação que lhe exigirá raciocínio e conhecimento de economia. Por isso nós temos os técnicos. E a nossa Assembleia nos brinda com um corpo de funcionários que compõem as nossas comissões – técnicos de dar inveja a qualquer Assembleia.

O deputado Zé Laviola com o deputado Alencar fazem parte da Unale. Quando chegam, sempre vejo os relatos que trazem das reuniões da Unale. Eles evidenciam a qualidade dos técnicos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, bem como a parte de apoio ao Plenário. O corpo de funcionários de apoio ao Plenário é sempre muito consistente. Às vezes, a gente tem uma atitude e, prontamente, dizem: “Deputado, isso não pode; está fora do Regimento”. Eu queria um Regimento Interno, por favor. Só me entregaram um Regimento Interno. O Regimento Interno da Assembleia é um regimento denso, muito complexo. Por mais que queiramos entendê-lo, compreendê-lo, na sua totalidade, na sua essência, jamais vamos conseguir. Esse Regimento Interno é que nos guia. O presidente da comissão é presidente tanto lá como aqui. Imaginem os senhores e as senhoras darem conta de todo esse composto de leis, de artigos que guiam esta Casa. Quer dizer, não é fácil você saber tudo o que aqui está, mas nós temos um corpo técnico que muitos nos auxilia e nos leva pelo caminho da responsabilidade, mas no caminho da lei. Porque nós somos eleitos para legislar. O Legislativo, conforme o próprio nome diz, a Assembleia Legislativa deve ser composta e é composta para legislar.

Uma das legislações mais importantes deste mandato vai ser o Propag. O Propag teve início com muitas idas a Brasília. Devemos muito ao atual presidente Tadeu Leite e à comitiva de deputados não só da Mesa, mas representativa. Quantas idas a Brasília antes de o governo federal criar a lei que possibilitou o estudo, a reformulação, o pagamento das dívidas do Estado, através desse mecanismo! E quando foi votada, em Brasília, mais uma vez, lá estava o presidente Tadeu Leite, com a nossa equipe de representantes do Parlamento, agradecendo a possibilidade de Minas Gerais discutir a sua dívida e saná-la.

É claro que o governo federal aceita imóveis ativos, aceita a terceirização de alguns ativos para diminuir o valor da despesa. E, quando a gente diminui o valor da dívida através de ativos... Eu estou vendo aqui na Casa um debate: “Será que vão vender, vão entregar pelo preço certo? Será que esse prédio, esse ativo vai ser entregue pelo preço correto?” É uma discussão justa, e nós temos que fazê-la mesmo, seja pela oposição, seja pela situação. É muito justo discutir se nós estamos valorizando os nossos ativos pelo valor que eles valem – é muito justo. Agora, negar a discussão e negar a apreciação dessa lei, eu acho, mostra que não queremos o bem de Minas. Acho que, se tivermos que passar por alguns percalços até chegar ao dia da votação, que está por vir nos próximos meses, nós vamos cumprir uma obrigação do Parlamento de Minas com os mineiros e poderemos ver o Estado crescer novamente.

Fui membro do Parlamento de 2009 a 2010 e de 2010 a 2014 e tive a oportunidade de servir ao Estado de Minas na companhia, primeiro, do governador Aécio e, depois, do ilustre senador, governador e membro do Tribunal de Contas da União, o Prof. Antonio Junho Anastasia. Tive o orgulho de participar principalmente do governo de Antonio Junho Anastasia, porque, nesta Casa, nós tivemos muitas ações, votamos muitos empréstimos a serem pagos – tínhamos condições, assim como os municípios, que também fazem empréstimos. Mas vimos Minas Gerais crescer. Muitos que estão me vendo agora talvez não lembrem que o Aeroporto de Confins não existia. Muitos de vocês, mineiros e mineiras, que me veem na sua cidade, vão dizer: “O deputado Duarte falou que não existia asfalto”. Aqui ele não existia. Não existia telefonia celular. Todos os municípios de Minas Gerais ganharam acesso por asfalto e telefonia celular. Olhe a Avenida Antônio Carlos, olhe a chegada para Confins, olhe o quanto Minas Gerais melhorou. Nós precisamos voltar com esse mesmo sentimento, ver Minas Gerais voltar a crescer, ver os mineiros terem prazer de morar em Minas e verem as coisas acontecerem numa velocidade que hoje não acontecem. Não estou discutindo que é uma mazela, que é uma incapacidade de governo; eu estou discutindo que é uma incapacidade financeira do Estado de Minas Gerais. Numa família sem recurso, o pai não consegue dar ao filho uma boa escola – muitas vezes, não consegue alimentar a sua própria família. É comum isso acontecer. A situação econômica do Estado de Minas Gerais não é das melhores.

E ali na frente, bem pertinho, nós temos a análise do Propag. Que essa análise, que essa votação seja de muita responsabilidade. E eu quero, mais uma vez, dizer que estou pronto. Se não for pelos aplausos, eu serei mantido pela minha ética, pelo meu compromisso de Minas com os mineiros. Não tive aplauso, mas, pela consciência de vencer mais um período, de vencer mais uma etapa e somar a Minas e aos mineiros os frutos da aprovação dessa lei... Essa lei também exige que o governo se atenha à responsabilidade, sem antes de condição, de aumentar, de reparar os salários, os vencimentos do Estado. Eu estava aqui no final do mandato do governador Pimentel, deputado Gil Pereira, e foi aprovado, naquele último ano, uma lei que tornava o governo de Minas obrigado a pagar o piso nacional aos servidores da educação. Eu estava aqui. Votei “sim”, mas dizia aos colegas: “Quero ver isso vingar”. Houve um “auê”, festas, fogos. Candidaturas surgiram por meio dessa lei, e vitórias eleitorais aconteceram, seja no plano federal, para a Câmara, seja no plano estadual, para a Assembleia, mas nunca se pagou nem um mês. Quero repetir, pois parece que... O governo tinha uma lei na mão, que ele sancionou com festa, e não se pagou, nem por um mês, o piso da educação. Não deu tempo? A lei foi aprovada em junho. Em junho! Então o governo teve pela frente junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Havia sete meses para se pagar pelo menos – pelo menos! – um mês do piso nacional, e não se pagou. Se essa lei serviu para alguma coisa, foi para eleger algumas pessoas que dela se aproveitaram e por meio dela se elegeram, pois se criou uma esperança. Apesar de falsa, foi criada uma expectativa.

É por isso que muitas vezes me questionam: “Deputado, há um projeto de lei de um deputado ou de uma deputada que concede aumento para o servidor público. O senhor vai votar contra o servidor?”. Com as galerias cheias, o pessoal da segurança e da educação questiona: “Deputado, você vai votar contra?”. Digo: “Por favor, atenham-se à minha fala. Por favor, deem-me apenas 1 minuto da paciência dos senhores e das senhoras. Quero 1 minuto. Prestem atenção! Não é permitido ao deputado criar lei que verse sobre aumento de salário, de subsídios ou de vencimentos de funcionários públicos. Não pode o deputado corrigir o salário da polícia, da educação, da saúde, sendo ele o autor. O único autor que pode enviar para cá uma lei – e a gente vota ou não vota – é o governador, que tem o caixa e administra o Estado. Ele é o Executivo, que executa. No Legislativo, na Assembleia Legislativa não pode nenhum

deputado e nenhuma deputada criar lei para prover esses aumentos”. Mas, quando se fala isso aqui, o pessoal da oposição pede para o público vaiar: “Não! Não aceitem”.

Então, deixei a mensagem verdadeira, mas o que aconteceu? Pautou-se o aumento e, pelo sentimento de talvez ter que fazer uma votação mais pesada, alguns votaram favoravelmente ao aumento que o deputado ou a deputada estava propondo. Quando o projeto foi enviado para o governador, ele disse: “Estou mandando o veto para a Assembleia, porque a iniciativa não foi minha”. Quando o veto do governador chegou aqui, foi preciso derrubá-lo, pois trabalham para que a gente derrube o veto. Em uma certa oportunidade, derrubamos o veto do governador. O veto foi derrubado. Então o governador foi obrigado a pagar, uma vez que a Assembleia derrubou o veto e não aceitou que ele não pagasse o aumento? Não! O governador foi ao Supremo. Ao chegar ao Supremo, a petição foi entregue: “Está aqui. Um deputado ou uma deputada de Minas criou o aumento para os servidores do Estado. Fiz o veto, mas o derrubaram. Vim aqui pedir a derrubada disso, porque essa lei foi criada por um deputado ou uma deputada”. Imediatamente o Supremo se pronunciou: “O senhor está correto. Deputados e deputadas não podem criar leis que propõem aumento”.

O governador voltou para Minas Gerais, com a lei embaixo do braço, e a Assembleia passou pelo ridículo – ridículo! – de ter aprovado uma lei que não vale. Mas, para alguns, isso vale demais. Alguns jogam nas redes sociais: “Votei a favor! Eu criei a lei!”. Para esses, isso vale muito, mas, para quem tem coragem e compromisso, pouco ou nada vale. É por isso que digo e repito que o voto... Quando chegamos aqui, cada um carrega a sua história. Atrás da história de cada um de nós, há os exemplos. Tive a oportunidade de ser Legislativo e Executivo no meu município, ou seja, fui prefeito e vereador. Conheço bem esse sentimento. Conheço bem as duas realidades: a do Legislativo e a do Executivo. Muitas vezes, vereadores, deputados e deputadas conseguem constranger um governo, seja ele municipal ou estadual. Eles conseguem deixá-lo constrangido. Conseguem! Você pode enganar muitos por muito tempo, mas não vai conseguir enganar todos por todo o tempo. Uma hora a verdade surge. Uma hora a verdade vem à tona. E é aí que se conhecem aqueles que realmente votam com responsabilidade. “Mas dói às vezes ser governo, ter que votar isso, corrigir um imposto.” Mas não dói querer aumentar salário de servidor público, que precisa. Aí não dói.

O remédio amargo é difícil de tomar. O remédio amargo é custoso. Eu, quando pequeno, a mãe me dava aquele leite de magnésia, e a gente não queria beber aquilo de jeito nenhum, mas tinha que beber. Às vezes ter que votar aqui contra é como chupar uma bala, e às vezes ter que votar a favor é experimentar o fel, o amargo, o sal. Mas o fel e o sal, muitas vezes, são o remédio que temos de tomar. Não existe outro.

E depois de muitas votações, andando pelo interior, chego numa cidade, e falam: “Deputado, você votou contra a educação”. Não, espere um pouquinho, que virá a resposta. Vai ser anulado aquele aumento. “Uai, não brinca, deputado”. E falo: vai, vai ser anulado. Como de fato, foram todos até hoje. Busquem na história da Assembleia os vetos do governador sobre aumento de salário concedido por deputados e deputadas. Busquem na história. Os autores quase sempre são os mesmos, quase sempre são os mesmos que propõem.

Mas, no dia de a gente discutir, a plateia já pronta, encomendada, preparada, não nos permite falar. Ela não nos permite falar. Você tenta falar, e a plateia ensurdecida não deixa. E aí, muitas vezes, vem aquele sentimento: será que eu devo votar? Será que isso vai fazer bem para o meu mandato? Alguns podem até fraquejar, mas eu não. Eu trago comigo a responsabilidade. O nosso voto é um voto dado, como disse, pela responsabilidade.

E a minha preocupação, Sr. Presidente, senhoras e senhores que acompanham de casa os trabalhos da Assembleia, a minha preocupação é ver esse momento político tão distorcido, em que os lados brigam, os lados se insultam. Eu estava vendo uma audiência do Senado, a audiência da CPI do INSS. Saiu um deputado de sua cadeira e foi lá na mesa brigar de tapas com uma das pessoas que estava sendo ouvida naquela CPI. No dia de hoje. Imaginem um deputado.

Nós estamos aqui no Plenário da Assembleia, e o que nos guia aqui é o Regimento Interno. Quando cheguei a esta Casa, me foi avisado: “Deputado, aqui dentro do Plenário é terno e gravata. O senhor tem que vir de terno e gravata. E o comportamento é de acordo com o Regimento Interno”. Eu não posso assumir a presidência da Assembleia ou a presidência de uma comissão e fazer do meu jeito. Não, aqui há uma regra. E nas comissões é o prolongamento da Mesa principal. Lá, você tem que agir como o presidente da Assembleia comandando a Mesa principal, pois é um prolongamento.

Então, muitas vezes, sinto que a cada dia a gente está vendo a política mudar, a política não tem melhorado, porque a representatividade não tem acompanhado as necessidades do tempo e dos governos. Pedi, num determinado momento, à oposição: olha, vamos estudar com carinho, porque o governo precisa recompor a sua arrecadação. Nós precisamos estudar um caminho para recompor a arrecadação. “Não”. Aí você vai a outro deputado e fala: deputado, esse aumento que estão propondo o governo não dá conta de pagar. “Não, eu não voto contra o servidor, não. É irregular, é irresponsável, mas eu só voto com o servidor. Aqui, eu não. Eu não voto contra o servidor.” “Mas não é isso que nós estamos discutindo, deputado, nós estamos discutindo a condição, a legalidade. Nós não estamos discutindo sobre se você está votando contra. A proposta é inconstitucional, é indevida.” “Não, mas eu não voto contra o servidor, não.” “Vamos arrumar um meio de nós arrumarmos o dinheiro, vamos arrumar a arrecadação?” “Não, eu sou contra o imposto.” “Então o senhor é a favor do aumento e é contra a arrecadação melhorar?” “Sim.” “Mas o governo...” “Ah, o governo é que cuida para lá. Ele é que se elegeru.”

Não, comigo não, comigo não. Carrego comigo o sentimento de responsabilidade, de muita responsabilidade. Não me envergonho de nenhum voto que dei nesta Casa. Nenhum. Eu fui relator, na época do governo Anastasia, quando mudou o regime de recebimento dos servidores da educação. Muitos que estão aqui se lembram desse momento, não é? Nós mudamos. E aí eu fui designado relator. E, no dia de ler o relatório, naquele primeiro microfone da esquerda para a direita, o primeiro aqui no centro, eu fiz a leitura do relatório de 15 páginas, mais ou menos. Com moedas e papel picado sendo jogados e ao som de gritos, eu continuei lendo. Esse relatório transformou o salário em subsídio.

Aí me perguntam: “Mas você foi o relator?”. Sim. O vencimento dos servidores do Estado tinha uma parcela que era fixa, de R\$600,00 ou R\$700,00, e os penduricalhos eram muito maiores do que a parcela fixa. Transformaram em subsídio tudo o que o servidor ganhava, todos os penduricalhos, mas vestiram esse subsídio de uma vestimenta feia, horrível, suja, e que, na verdade, não é. Não é. Não é.

O Pimentel, nos últimos meses do seu governo, lançou — eu disse aqui — o projeto de lei que foi aprovado para pagar o piso nacional em Minas Gerais. Eu estava aqui, no Plenário, votei a favor, e disse: “Olha, isso aí não vai pagar nenhuma parcela, nenhuma parcela”. O momento não era aquele. O governador já não estava conseguindo pagar as coisas normais, não tinha condição financeira. Naquele momento, a situação ainda era pior. E eu disse aqui que ele estava pagando parte dos nossos empréstimos ao governo federal, o que realmente dificultava o pagamento de tudo. Como pode uma pessoa que está atolada até o pescoço ou até para cima da orelha ainda criar um expediente como esse? Como pode essa pessoa conseguir dar um prêmio para a educação que não pode pagar? Mas a Casa aprovou.

Ou seja, nós temos que caminhar. Eu falo por mim: nós temos que caminhar por um caminho do qual a gente não tenha vergonha. E que, no dia em que formos censurados por um colega, seja em razão do nosso governo, seja em virtude da nossa votação ou de não ter dado certo aquilo que defendemos, possamos falar: “Não, realmente nós não fomos felizes com aquela votação. Ela foi imprópria, descabida. O momento não era aquele. Mas, sobretudo politicamente, isso foi muito bom para alguns. Politicamente foi muito bom, mas muito bom, para alguns.

Então, presidente, as votações nesta Casa marcam as nossas trajetórias. E aqui há um expediente que se chama *Anais da Assembleia*, que é o conjunto dos nossos discursos, das nossas histórias, das nossas votações. Estão todas guardadas aí. Todas guardadas. A nossa fala de hoje, a minha fala está guardada, vai ficar guardada, vai fazer parte dos anais da Casa.

Revedo algumas falas, afirmo que nunca quis usá-las para desprestigiar, porque acho que a consciência de cada um e do cidadão que nos acompanha é a responsável. As conveniências de cada um, em determinado momento, hoje envergonham aquilo que aconteceu – se é que a pessoa sente vergonha.

Votei com o governador Anastasia, votei com o governador Pimentel e tenho votado com o governador Romeu Zema, não em tudo, mas tenho dado governabilidade a esses governos. Estou aqui, nesta Casa, para votar com responsabilidade. Ontem não gritaram o meu nome nenhuma vez. Nenhuma vez a plateia que estava aqui gritou o meu nome, já presumindo que eu não fosse bem-vindo àquele grupo que tem tendência a votar de um jeito. Se eu fosse do grupo que vota de acordo com as pessoas que estavam aqui, teriam gritado pelo menos uma vez: “Duarte! Duarte!”. Mas não gritaram nenhuma vez ontem. Ontem eu fui abandonado aqui, mas não me sinto envergonhado, em nenhum momento, das votações de que participei – em nenhum momento. Vou para casa, converso com a minha esposa, com meus netos, com minha filha, com meus genros: “Como é que foi o dia? Como é que está sendo a batalha?”. Às vezes nos veem na televisão, às vezes nos acompanham. Eu não tenho vergonha de jeito nenhum. Discuto em qualquer lugar tudo o que faço aqui.

A vida do parlamentar é um livro aberto. As votações são abertas. Nunca, desde 2009, paguei alguém para vir aqui bater palmas para mim ou para falar mal de um colega ou de uma colega. Nunca. Nunca, nunca, nunca. Sou contrário a essa atividade. Dar nossos telefones para grupos organizados, sejam sindicatos, sejam associações, para nos amedrontar... Isso eu nunca fiz. Quero continuar, com toda certeza, esse meu trabalho. O que tenho de certeza pela frente é que o meu mandato terminará em 31 de janeiro de 2027. Os novos tomarão posse em 1º de fevereiro de 2027. Essa certeza eu tenho.

Quero dizer a todos os mineiros e mineiras que nos acompanham que, em caso de ser reeleito – primeiro Deus tem que nos dar vida e saúde, porque nossa jornada é pesada, nossa caminhada não é fácil... Sei que Minas Gerais são muitas e as distâncias também são muitas, pela consistência e pela formação do nosso estado, de uma região para outra. São muitas visitas, muitos debates. O que sei de mais certo é que continuarei lutando, trabalhando e sendo o mesmo Duarte. Serei o mesmo Duarte das votações e dos posicionamentos aqui colocados em favor de Minas e dos mineiros. Disso tenho certeza. Eu não mudarei.

Caminhando para o encerramento, Sr. Presidente, quero dizer que somos do mesmo partido, o PSD. É o 55, um partido que está recebendo muitas filiações e um partido respeitado. Na eleição passada, tivemos um posicionamento diferente daquilo que possamos ter em 2022, mas sempre nos orgulhamos das nossas bandeiras e das nossas lutas. Sempre.

V. Exa., sendo hoje, nesta Casa, o deputado com mais mandatos, é para mim um colega respeitado. A postura do senhor aqui sempre foi a de um deputado coerente. Dou esse testemunho por acompanhá-lo de perto, até porque já faz dois mandatos em que pertencemos ao mesmo partido. Posso acompanhar... O deputado Gil Pereira, além de muito querido, é muito respeitado pelos seus pares na Casa. Desejo que Deus possa nos abençoar, deputado Gil Pereira, para que, nos próximos meses, tenhamos decisões bem asseguradas em favor de Minas e dos mineiros. A barra não vai ser fácil, mas nós venceremos, com toda a certeza, pensando na Minas que eu quero para os meus filhos, para os meus netos, para quem vem depois de nós. Não há como vencer pagando os juros que nós pagamos desse empréstimo.

Questão de Ordem

O deputado Duarte Bechir – Por não haver mais quórum, eu peço o encerramento, de plano, da reunião, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O presidente (deputado Gil Pereira) – Antes de encerrar a reunião, quero parabenizar o deputado Bechir pelo seu trabalho em prol dos mineiros, pela sua coerência, pelo seu caráter. É uma honra muito grande ser seu colega; é uma honra maior ainda ser seu colega de partido. Eu parabenizo V. Exa. pelo trabalho que está fazendo, juntamente com o nosso presidente Tadeu e com os outros componentes da Mesa, em prol deste Legislativo. Realmente é de se louvar o trabalho do deputado Duarte Bechir. Deus vai dar muita saúde ao senhor para que possa representar Minas por muitos mandatos, porque a Assembleia precisa de pessoas coerentes, de pessoas

que pensam nas outras pessoas. O senhor tem feito esse trabalho desde o início da sua jornada aqui, em 2011, quando o governador era o Anastasia, um dos mineiros mais nobres – não só mineiro –, um dos brasileiros mais nobres que honrou e honra a política de Minas Gerais. Hoje ele está no Tribunal de Contas da União. A gente roda o Brasil todo e vê os brasileiros aplaudirem o nosso ex-governador e ex-senador da República, o Prof. Anastasia. V. Exa. começou o seu mandato junto com ele e foi de fundamental importância naqueles anos em que o Anastasia governou o Estado de Minas. Hoje nós temos a alegria de tê-lo como vice-presidente do Tribunal de Contas da União. Realmente a gente tem que parabenizar quem está na vida pública exercendo mandato, mas temos que nos lembrar também de mineiros da cepa do Prof. Anastasia, da cepa de tantos que passaram pelo governo de Minas Gerais. Então a gente quer parabenizá-lo.

Eu iniciei com o então governador Eduardo Azeredo. Depois, passei pelo grande governador de Minas também, o Aécio Neves, pelo Prof. Anastasia, pelo Fernando Pimentel e, agora, pelo governador Zema, nos seus dois mandatos. Parabéns, deputado Duarte Bechir! Você representa não só a região, mas também ombreia com todos aqui em representar Minas Gerais.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/9/2025

Às 15 horas, comparecem à reunião os deputados Mauro Tramonte, Caporezzo (substituindo a deputada Delegada Sheila, por indicação da liderança do PL) e Professor Cleiton (substituindo o deputado Betinho Pinto Coelho, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é aprovada e subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 16.932/2025, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater os efeitos da possível mudança nos períodos das diárias de hospedagem no Estado na cadeia produtiva do turismo e da gastronomia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2025.

Mauro Tramonte, presidente.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/9/2025

Às 16h13min, comparece à reunião o deputado Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Bella Gonçalves, por indicação da liderança do BDL), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a proceder, em audiência pública, à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Sociedade Mineira Protetora dos Animais – SMPA – pelos 100 anos de sua atuação na defesa dos animais e do meio ambiente, no Dia Nacional da Defesa da Fauna. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Helenice Machado

Mendes, diretora da Associação Bichos Gerais; Flávia Quadros Campos Ferreira, presidente da Sociedade Mineira Protetora dos Animais e especialista em medicina do coletivo; Edna Cardozo Dias, diretora jurídica do Instituto Abolicionista Animal – IAA; e Luciana Imaculada de Paula, promotora de justiça e coordenadora estadual de Defesa dos Animais. Registra-se ainda a presença, por videoconferência, da Sra. Núbia Souza Oliveira de Medeiros, coordenadora-geral do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA –, representando a diretora do departamento. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, é realizada a entrega do diploma referente ao voto de congratulações. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro 2025.

Beatriz Cerqueira, presidente.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/9/2025

Às 9h43min, comparecem à reunião a deputada Lohanna e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater medidas eficazes para a proteção e a preservação do patrimônio histórico do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Andréa Greiner da Cunha Salles, vice-presidente da Cooperativa de Consumo dos Servidores do DER-MG – Cooperder –, e Polyana Lacerda Machado, diretora de Museus da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult –, e dos Srs. Álvaro Eduardo Goulart, presidente licenciado da Associação dos Engenheiros do DER-MG e vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG; Carlos Henrique Bicalho, diretor de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura; Emir Cadar, cônsul honorário do Consulado da República Árabe da Síria; Klery Ramos Carvalho, agente de obras públicas do DER-MG e membro da Coopeder; Luiz Gonzaga Chaves Campos, engenheiro civil aposentado do DER-MG, historiador e superintendente da Sociedade Civil de Seguridade Social; Zacarias Monteiro dos Santos, diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do DER-MG, representando o diretor-geral dessa autarquia. A presidência faz suas considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra à deputada Lohanna, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2025.

Professor Cleiton, presidente – Andreia de Jesus – Ione Pinheiro.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/9/2025

Às 15h7min, comparecem à reunião os deputados Leonídio Bouças, Oscar Teixeira e Coronel Henrique (substituindo o deputado Antonio Carlos Arantes, por indicação da liderança da bancada do PL), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Doutor Wilson Batista. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por

aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença do deputado Antonio Carlos Arantes, membro titular da comissão, deixando de substituí-lo o deputado Coronel Henrique, que permanece presente. Registra-se, ainda, a saída do deputado Doutor Wilson Batista. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofício da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (7/8/2025); e ofício do Instituto Mineiro de Agropecuária (14/8/2025). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.910/2025, no 1º turno (Antonio Carlos Arantes); 1.438/2023, no 2º turno, e 3.788/2025, no 1º turno (Leonídio Bouças); e 3.599/2025, no 1º turno (Roberto Andrade). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.438/2023, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno, e 2.074/2024, no 1º turno, na forma original (relator: Leonídio Bouças); 3.317/2025, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Cultura (relator: deputado Oscar Teixeira); e 3.910/2025, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Antonio Carlos Arantes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 13.063, 13.283, 13.773, 13.774, 13.933 e 13.941/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.471/2025, das deputadas Ana Paula Siqueira e Lohanna, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 242/2019, que determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação – Lite – e a Certidão de Inspeção Predial – CIP –, e para discutir sobre a importância desses instrumentos para a segurança e o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 16.836/2025, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Lincoln Drumond, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o programa Encontro das Águas, lançado em Montes Claros, em 2/6/2025, bem como apresentar o Plano Estadual de Enfrentamento ao Período Chuvoso 2025-2031, sob a responsabilidade do Gabinete Militar do Governador – GMG – e executado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec-MG;

nº 16.933/2025, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Vivo Minas pedido de providências para que sejam instaladas antenas de telefonia celular capazes de atender as Comunidades de Jambeiro, Varjão, Tabatinga e Grota Dantas, situadas na zona rural do Município de Frei Lagonegro, destacando-se que a localidade, que abriga atualmente um grande número de habitantes, enfrenta sérias dificuldades de comunicação devido à ausência de sinal de telefonia móvel, o que compromete o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e segurança, afetando significativamente a qualidade de vida da população;

nº 17.090/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da Cooperativa de Crédito dos Servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Sicoob Cofal – para a sociedade mineira, instituição que, ao longo de 45 anos de atuação, consolidou-se como referência em gestão cooperativista e promotora da educação financeira e do desenvolvimento econômico e social, e proceder à entrega de diploma referente ao voto de congratulações com a referida instituição;

nº 17.091/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater o Projeto de Lei nº 3.788/2025, que dispõe sobre o período de duração das diárias em serviços de hospedagem, com a participação de representantes de consumidores e de representantes das entidades hoteleiras;

nº 17.092/2025, do deputado Oscar Teixeira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Paulo César Mendes Alves pelos relevantes serviços prestados à agricultura, à fruticultura e à atividade rural no Município de Janaúba e na Serra Geral;

nº 17.152/2025, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Araçuaí, para debater o incremento e o potencial da atividade minerária nesse município e no seu entorno, as demandas e as oportunidades decorrentes dos empreendimentos minerários e as ações e intervenções necessárias ao melhoramento da qualidade de vida das comunidades locais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada na quarta-feira, dia 24/9/2025, às 16 horas, com a finalidade de debater a instituição do Dia do Campo Limpo, que celebra a logística reversa de defensivos agrícolas, sob os aspectos econômico e de desenvolvimento, e seu efeito para o crescimento produtivo do Estado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2025.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/9/2025

Às 15h6min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Zé Guilherme, Hely Tarquínio, João Magalhães e Adalclever Lopes (substituindo a deputada Chiara Biondini, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é aprovada e subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.081/2025, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: deputado Zé Guilherme); 3.274/2021, na forma do Substitutivo nº 4 (relator: deputado João Magalhães), tendo sido rejeitada a Proposta de Emenda nº 1 apresentada pelo deputado Sargento Rodrigues; e 2.924/2024, pela rejeição da Emenda nº 2 apresentada em Plenário (relator: deputado Zé Guilherme). Registra-se a saída do deputado Adalclever Lopes e a presença do deputado Antônio Carlos Arantes, membro da comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Zé Guilherme, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.278/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública, o presidente defere o pedido de vista da deputada Beatriz Cerqueira. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2025.

Zé Guilherme, presidente – Ulysses Gomes – João Magalhães – Sargento Rodrigues.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/9/2025

Às 16h5min, comparecem à reunião os deputados Raul Belém, Dr. Maurício e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que

dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, por unanimidade, parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.119/2024 (relator: deputado Coronel Henrique). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 13.482/2025. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.380/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.896/2025, dos deputados Gil Pereira e Raul Belém, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater os procedimentos da Companhia Energética de Minas Geras – Cemig – para concessão de parecer de acesso e de prazo para vistoria de unidades de geração distribuída fotovoltaica instaladas por produtores rurais e as consequências jurídicas e produtivas das práticas atuais;

nº 17.128/2025, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater temas relativos à regulamentação e realização de eventos com pássaros no Estado, com fundamento na relevância social, econômica e cultural da atividade;

nº 17.287/2025, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Raul Belém, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater a participação de produtores rurais mineiros na 7ª edição do Mondial du Fromage, um concurso mundial de queijos e produtos lácteos, ocorrido no período de 14 a 16 de setembro de 2025, na cidade de Tours, na França, e proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os produtores que foram agraciados com medalhas nesse concurso;

nº 17.290/2025, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – pela realização do Congresso Nacional da Carne – Conacarne 2025 –, ocorrido nos dias 18 e 19 de setembro de 2025;

nº 17.291/2025, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Antônio Pitanguí de Salvo pela recondução à presidência da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, mandato 2025-2029.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2025.

Raul Belém, presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/9/2025

Às 9h10min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Ione Pinheiro e Lohanna e os deputados Luizinho e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 17/9/2025: do Ministério da Educação (um ofício); do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (um ofício); e da Secretaria de Estado de Educação (quatro ofícios). A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais avocou a relatoria: Projetos de Lei nºs 276 e 834/2023, no 2º turno, e 3.680 e 3.930/2025, no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.679/2023 na forma do Substitutivo nº 2 da Comissão de Defesa dos Direitos da

Pessoa com Deficiência (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.431/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.680/2025 na forma do Substitutivo nº 3 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.027/2025 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). O parecer sobre emenda ao Projeto de Lei nº 356/2023, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Hely Tarquínio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.712/2023, 13.471, 13.507 e 13.946/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.115/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Nayara de Oliveira Souza, que se refere a concessão de teletrabalho a servidora lactante, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 16/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008720-2/2025;

nº 17.117/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Denilde das Dores Miranda, que trata de férias-prêmio, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 16/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008724-0/2025;

nº 17.129/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as recentes alterações no cumprimento da jornada extraclasse na rede municipal de ensino de Itabira, introduzidas pela Resolução nº 1/2025, bem como a retirada de direitos e a piora nas condições de trabalho dos servidores públicos municipais;

nº 17.157/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Leandro Pereira Malaquias pelo lançamento do livro “Costa Sena – Memórias e Histórias”;

nº 17.158/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos na oferta da educação especial da fusão ou do fechamento das Escolas Estaduais Dona Argentina Vianna Castelo Branco, Pestalozzi e Francisco Sales, bem como do Instituto São Rafael, dando continuidade às discussões ocorridas na audiência pública realizada pela comissão em 9/9/2025;

nº 17.160/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Roxana Ferreira Assis, referente a contribuição previdenciária de cessão, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008787-6/2025;

nº 17.165/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de suspensão de férias-prêmio da Sra. Juliana Freire de Carvalho, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008793-1/2025;

nº 17.169/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências

para que seja processado o pedido da Sra. Flaviane Andréa Brandão, que se refere a penalidade aplicada em dispensa de contrato, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008806-5/2025;

nº 17.218/2025, da deputada Lohana, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a relevância do trabalho desenvolvido pela Rede de Teleassistência de Minas Gerais – RTMG – e para promover a entrega do diploma referente ao voto de congratulações de que trata o Requerimento em Comissão nº 15.037/2025;

nº 17.254/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de publicação de férias-prêmio da Sra. Luciana Pereira de Souza, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008927-0/2025;

nº 17.255/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja processado o pedido do Sr. Paulo Adriano Gomes, que se refere a situação funcional e pagamento de verbas rescisórias, conforme solicitação feita por essa parlamentar à PMMG, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008803-1/2025;

nº 17.256/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Evaneide Costa e Silva Farias, que se refere a desconto indevido de ajuda de custo, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 22/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008931-6/2025;

nº 17.257/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de pagamento de saldo de progressão da Sra. Leila Ribeiro de Abreu Duarte, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 19/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008879-4/2025;

nº 17.258/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Paula de Castro Junqueira Silva, que se refere a licença-maternidade, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 19/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008877-5/2025;

nº 17.267/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – pedido de providências para a reabertura dos prazos destinados à inscrição e à retificação dos dados de inscrição relativos à Prova Nacional Docente – PND –, devido às instabilidades no sistema relatadas pelos professores durante o processo de inscrição;

nº 17.285/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido do Sr. Mauro Pena de Faria Júnior, que se refere a progressão de carreira, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 17/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008791-2/2025;

nº 17.294/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Milena Aparecida Ferreira de Freitas, que se refere a remoção estadual, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 23/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008983-3/2025;

nº 17.297/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Pedro Evangelista por ser referência para a educação pública do Estado;

nº 17.319/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja assegurada a presença, em cada unidade socioeducativa, de especialista em educação básica, professor para o ensino do uso da biblioteca e professor eventual;

nº 17.320/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam disponibilizados computadores para uso docente e seja ampliado o acervo da biblioteca no Centro Socioeducativo São Jerônimo, vinculado à Escola Estadual Jovem Protagonista, no Município de Belo Horizonte;

nº 17.321/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam promovidas melhorias estruturais no Centro Socioeducativo São Jerônimo, incluindo a reforma do banheiro localizado no andar superior da instituição, a disponibilização de cozinha e a adequação da sala dos professores;

nº 17.322/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a contratação de professores de apoio para o atendimento a estudantes com deficiência nas unidades socioeducativas;

nº 17.323/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja garantida formação continuada específica para os profissionais de educação que atuam nas escolas que prestam atendimento educacional no sistema socioeducativo;

nº 17.324/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2025, que garante a autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial às universidades públicas do Estado.

Em seguida, são aprovados os relatórios de visita à Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, em Belo Horizonte, realizada em 23/6/2025; à Escola Estadual Manoel Martins de Melo, em Ribeirão das Neves, realizada em 16/6/2025; e ao Centro Socioeducativo São Jerônimo, da Escola Estadual Jovem Protagonista, em Belo Horizonte, realizada em 8/8/2025. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/9/2025

Às 10h11min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus, e Ione Pinheiro (substituindo o deputado Oscar Teixeira, por indicação da liderança do Bloco Minas em Frente) e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 17/9/2025: dois ofícios da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.100/2025 (deputada Andréia de Jesus), 3.247/2021 (deputada Lohanna) e 4.089/2025, todos no 1º turno (deputado Oscar Teixeira), emendas ao Projeto de Lei nº 1.753/2023, no 2º turno, e Projeto de Lei nº 4.105/2025, no 1º turno (deputado Professor Cleiton). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, na forma do vencido no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.232/2025 (relator: deputado Professor Cleiton) e 3.605/2025 (relatora: deputada Andréia de Jesus), ambos no 2º turno; pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, dos Projetos de Lei nºs 3.527/2025 e 4.105/2025 (relator: deputado Professor Cleiton); pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, dos Projetos de Lei nºs 1.508/2023 (relatora: deputada Andréia de Jesus) e 4.017/2025 (relator: deputado Professor Cleiton). Os Projetos de Lei nºs 3.301, 3.619 e 3.872/2025 são retirados de pauta pelo presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.209/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para assegurar a adequada conservação e destinação de uso dos equipamentos musicais e circenses atualmente ociosos no espaço do Plug Minas;

nº 17.210/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para promover a ampla divulgação dos cursos oferecidos pelo Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, instalado no Campus Plug Minas, especialmente por meio das redes sociais institucionais e dos demais canais oficiais, garantindo que a comunidade em geral tenha acesso adequado às informações sobre o programa;

nº 17.211/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para imediata reforma e adequação dos espaços destinados ao funcionamento do Plug Minas;

nº 17.212/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Fundação Helena Antipoff – FHA –, em Ibirité, pedido de providências para a manutenção dos espaços do Campus Plug Minas, no Bairro Horto, em Belo Horizonte, tendo em vista as precárias condições do local, onde se constataram, por meio de visita técnica da comissão, em 7/8/2025, problemas estruturais como fios soltos nas salas de aula, janelas quebradas, vasos sanitários inutilizados, danos no forro do teto, escaninhos amassados e sem tranca, instrumentos musicais armazenados em condições inadequadas e em processo de deterioração em razão da umidade do ambiente, além de um prédio interditado devido a avarias no teto;

nº 17.213/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação do caixa escolar do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, responsável pelos cursos artísticos oferecidos no Campus Plug Minas, no Bairro Horto, em Belo Horizonte, na modalidade de educação profissional e tecnológica;

nº 17.215/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a implementação de política de apoio ao deslocamento dos estudantes matriculados nas turmas de educação profissional oferecida pelo Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt – no Campus Plug Minas, garantindo condições de igualdade com os demais estudantes da rede estadual e efetividade no acesso ao direito constitucional à cultura e à educação;

nº 17.216/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Fundação Helena Antipoff – FHA – pedido de providências para a implementação de parceria entre os cursos de arte do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, no Campus Plug Minas, e as escolas de samba e blocos carnavalescos de Belo Horizonte;

nº 17.315/2025, do deputado Professor Cleiton e da deputada Lohanna, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a criação de um centro de documentação e memória da infraestrutura de transporte, a ser abrigado na antiga sede do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, em Belo Horizonte;

nº 17.317/2025, do deputado Professor Cleiton e da deputada Lohanna, em que requerem seja encaminhado à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra o Patrimônio, em Belo Horizonte, pedido de providências para realizar investigação sobre a destinação do acervo do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – após a mudança da autarquia para a Cidade Administrativa, inclusive dos bens móveis objeto de tombamento municipal situados na antiga sede;

nº 17.318/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. Geraldo Valgas, Valdinei Silva, Marco Antônio, Oraldo Paiva, Loricardo de Oliveira e Jairo Nobre e as Sras. Marina Mesquita, Tayara Lemos, Marina Camisasca e Carolina Dellamore pelos 90 anos de história e resistência do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região às perseguições da Ditadura Militar, bem como pelo lançamento do livro *90 anos de lutas, memórias, história e resistência*.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2025.

Andréia de Jesus, presidenta.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/9/2025

Às 10h7min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista, Lincoln Drumond e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dr. Maurício e Grego da Fundação. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail*, encaminhado por meio do Fale com as Comissões, do Sr. José Henrique de Cerqueira Mariani, de Belo Horizonte, denunciando a falta de acompanhamento digno à sua mãe, internada no hospital do Ipsemg. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 680/2023, no 2º turno, do qual designa como relator o deputado Lucas Lasmar. A presidência informa que recebeu comunicação da Bancada do Partido Liberal indicando o deputado Lincoln Drumond para compor esta comissão como membro efetivo e o deputado Caporezzo para a Comissão de Assuntos Municipais. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições

sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.987/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Doutor Wilson Batista). O Projeto de Lei nº 3.960/2025 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 13.890, 13.931, 13.932 e 13.936/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 17.028/2025. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.183/2025, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da doação de sangue e medula óssea, por ocasião do Dia Nacional do Doador de Sangue, comemorado em 25 de novembro;

nº 17.204/2025, da deputada Lud Falcão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da urticária crônica no Estado, seus impactos sociais e econômicos, os desafios de diagnóstico e tratamento, bem como a necessidade de políticas públicas específicas voltadas para o tema;

nº 17.293/2025, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais – CRM-MG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja instaurado procedimento para punir a Sra. Maria Clara Cruz Souza, que trabalha no Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, em Juiz de Fora, por incitação a crime contra a vida, conforme relatado no Reds nº 2025-043870164-001;

nº 17.295/2025, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para a qual sejam convidados representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS – e da empresa Allcare Gestora e Administradora de Saúde, para debater as razões do colapso financeiro da Unimed e a insatisfação de usuários, médicos, prestadores de serviço e do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – com essa operadora de plano de saúde.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2025.

Lincoln Drumond, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO INTERESTADUAL PARLAMENTAR DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO DOCE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/9/2025

Às 11h44min, comparecem à reunião os deputados Leleco Pimentel, Adriano Alvarenga, Celinho Sintrocel e Zé Laviola, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e a deputada Janete de Sá e os deputados Marcos Madureira e Bispo Alves, da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (em participação remota). Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: um ofício da Comunidade Krim Orutu, do Município de Itueta, manifestando o seu descontentamento pela exclusão da comunidade do acordo de repactuação firmado entre a Mineradora Samarco, suas controladoras e entes públicos, no âmbito das medidas de reparação relativas ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana; e um ofício do Sr. Emanuel Décio, advogado, reiterando a ausência de reconhecimento e participação do povo krim orutu no referido acordo e solicitando esforços da comissão para garantir a imediata inclusão da comunidade nos debates, nas deliberações e nos mecanismos de compensação do acordo, assegurando-lhes o reconhecimento como sujeitos coletivos de direitos e vítimas diretas da tragédia ocorrida na Bacia do Rio Doce. A seguir, o presidente faz a leitura dos próximos eventos propostos no calendário da Cipe Rio Doce, a saber: audiência pública para discussão de pontos do acordo no dia 1º/10, na Assembleia

Legislativa de Minas, visita ao Hospital da UFOP no dia 9/10 e audiência com os 18 territórios para debater pontos do acordo no dia 20/10/2025, também na Assembleia Legislativa de Minas. Após leitura e discussão, o presidente coloca em votação alteração regimental da Cipe Rio Doce, incluindo sugestões previstas no art. 3º, VIII a XII e XIV a XVI e no art. 4º, II e III. Submetidos a votação, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.336/2025, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja encaminhada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – solicitação para que contemple, no âmbito das ações de utilização dos recursos previstos no Anexo 12 do acordo de reparação da Bacia do Rio Doce, fruto do desastre de Mariana, todos os valores que garantam a construção da alça viária de Ponte Nova, que conecta a Rodovia MG-329 (Ponte nova – Rio Casca) e a BR-120 (Ponte Nova – Viçosa), os Municípios de Barra Longa e Ponte Nova (via MG-326), bem como o trecho de Raul Soares a Caputira e o entorno de Raul Soares, trechos com projetos já previstos no Edital nº 117/2022, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG;

nº 17.337/2025, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja encaminhada solicitação ao Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres – Nucard –, do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, para que requeira a suspensão dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos junto ao MPMG nos quais se questionam ações de saneamento em mais de cento e trinta municípios da Bacia do Rio Doce, tendo em vista que os recursos para saneamento, dentro do acordo de repactuação, em especial para aplicação no tratamento do esgoto, estão sob a gestão do Estado, não tendo os municípios gestão ou autonomia sobre os recursos;

nº 17.343/2025, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja encaminhada à Secretaria de Estado de Saúde – SES – solicitação para que, na alocação dos recursos oriundos da repactuação relativa ao desastre de Mariana, sejam destinados recursos para construção de uma nova unidade básica de saúde – UBS – no Município de São Pedro dos Ferros; para construção de duas unidades de saúde tipo I no Município de Rio Casca; para a aquisição de equipamentos visando à estruturação de novos leitos de unidade de terapia intensiva – UTI – pediátrica no Hospital Irmã Denise – Casu –, localizado no Município de Caratinga; para execução do projeto de expansão do Hospital Arnaldo Gavazza Filho, em Ponte Nova; para execução de um amplo projeto de expansão e modernização da estrutura hospitalar do Hospital Nossa Senhora das Dores, em Ponte Nova; para construção de duas unidades básicas de saúde no Município de Córrego Novo; para construção do Centro de Saúde Integrado no Município de Rio Doce; para construção de centro de terapia intensiva – CTI – no Hospital São Sebastião, no Município de Raul Soares; e para implantação de centro de oncologia no Município de Caratinga; para construção de uma nova unidade básica de saúde – UBS – no Município de Ponte Nova, que atenderá os Bairros Paraíso, Atambu, Polivalente, Vila Lanna, Estrela da Mata, Alto Guarapiranga, Pedreira e Resende;

nº 17.350/2025, do deputado Celinho Sintrocel, do deputado Zé Laviola, do deputado Adriano Alvarenga e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem, nos termos regimentais, seja encaminhada ao Comitê Estadual de Minas Gerais – Cemg –, instituído para acompanhar o Novo Acordo de Mariana, solicitação para que, diante do reconhecimento pelo Comitê Interfederativo – CIF – da Comunidade Krim Orutu, pertencente ao povo puri, como atingida pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, seja essa comunidade inserida no Novo Acordo de Mariana, firmado em 25/10/2024.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2025.

Leleco Pimentel, presidente – Celinho Sintrocel – Adriano Alvarenga – Zé Laviola (membros da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais).

Janete de Sá – Marcos Madureira – Bispo Alves (membros da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, em participação remota).

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO INTERESTADUAL PARLAMENTAR DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE – CIPE RIO DOCE**Com a Alteração do Regimento Interno da Cipe Rio Doce nº 2, de 24 de setembro de 2025**

Art. 1º – Este regimento interno estabelece as normas de organização e de funcionamento da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Cipe Rio Doce.

Art. 2º – A Cipe Rio Doce tem por objetivo congregar esforços políticos e técnicos e articular ações indispensáveis à recuperação, à preservação e ao desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Art. 3º – Compete à Cipe Rio Doce:

I – acompanhar a elaboração e a execução de planos, projetos, atividades e investimentos, públicos e privados, incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, avaliando sua repercussão nos aspectos ambientais, culturais, turísticos e socioeconômicos e nas questões relativas às populações tradicionais e propondo medidas pertinentes;

II – desenvolver ações que promovam a informação e a conscientização da sociedade sobre os problemas, as potencialidades e as alternativas para o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

III – encaminhar sugestões e recomendações fundamentadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos ministérios públicos e aos tribunais de contas, para a consecução de seus objetivos;

IV – apresentar proposições legislativas que consubstanciem suas conclusões, por meio de qualquer dos seus membros;

V – atuar como agente aglutinador dos interesses dos órgãos e entidades, públicos e privados, que participem do desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

VI – estimular a criação e a implantação, bem como acompanhar e apoiar o funcionamento de comitês, agências e outros organismos para atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

VII – articular-se com as iniciativas e atividades dos Poderes e das instituições, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, que tenham afinidade com seus objetivos;

VIII – fiscalizar, monitorar e avaliar as obras, programas e intervenções realizadas no âmbito dos Acordos para a Reparação de Danos na Bacia do Rio Doce, em especial aquelas decorrentes do Novo Acordo de Mariana, bem como as demais obras e projetos que possam impactar os ecossistemas e a qualidade de vida das populações locais;

IX – requerer, anualmente, aos compromitentes dos Acordos – notadamente os Governos de Minas Gerais e do Espírito Santo e o Governo Federal – a apresentação de relatórios de governança, de forma a permitir a análise, o debate e a emissão de pareceres pela Cipe Rio Doce;

X – receber, analisar e emitir pareceres acerca dos relatórios anuais de governança apresentados pelos compromitentes, com vistas a aperfeiçoar as medidas de reparação, recuperação ambiental e prevenção de novos danos;

XI – debater, em sessão específica, os relatórios de governança apresentados anualmente pelos compromitentes, devendo emitir pareceres e recomendações a serem encaminhados às Assembleias Legislativas dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como aos órgãos de controle social e institucional competentes;

XII – propor, acompanhar e avaliar projetos, planos e ações que fomentem a recuperação dos ecossistemas e o desenvolvimento socioeconômico sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

XIII – acompanhar, fiscalizar e emitir recomendações acerca das deliberações e das ações implementadas pelo Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba, especialmente aquelas vinculadas ao Acordo de Reparação de Mariana e a outros instrumentos congêneres;

XIV – requerer, de forma motivada, informações, relatórios e dados técnicos ao Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba e aos seus grupos de trabalho temáticos, com vistas a subsidiar suas análises, pareceres e recomendações;

XV – promover a integração entre as Assembleias Legislativas de Minas Gerais e Espírito Santo e o Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba, buscando ampliar a transparência, a participação social e o controle democrático sobre as medidas de reparação socioambiental e socioeconômica na Bacia do Rio Doce. (Dispositivos incluídos pela Alteração do Regimento Interno da Cipe Rio Doce nº 2, de 24 de setembro de 2025)

Art. 4º – A Cipe Rio Doce está autorizada a:

I – propor e acompanhar ações conjuntas de caráter internacional, especialmente no âmbito de acordos climáticos, de direitos humanos e de desenvolvimento sustentável, que possam fortalecer a capacidade institucional das casas legislativas na fiscalização e no monitoramento das medidas de reparação da Bacia do Rio Doce;

II – participar, sempre que necessário, de fóruns, audiências e eventos internacionais relacionados à justiça climática e à proteção de populações tradicionais e comunidades vulneráveis, articulando os impactos regionais da Bacia do Rio Doce com a agenda global de mudanças climáticas e combate aos crimes ambientais. (Dispositivos incluídos pela Alteração do Regimento Interno da Cipe Rio Doce nº 2, de 24 de setembro de 2025)

Art. 5º – A Cipe Rio Doce é composta por dez parlamentares, membros efetivos, sendo cinco da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo e cinco da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e pelos Presidentes das casas legislativas, como membros honorários.

§ 1º – Cada membro efetivo terá um suplente.

§ 2º – Os membros da Cipe Rio Doce e seus suplentes serão indicados pelas Mesas de suas assembleias de origem, respeitados os respectivos procedimentos regimentais, devendo ser dada publicidade da indicação no diário oficial de cada órgão.

Art. 6º – A Cipe Rio Doce terá um Presidente e um Vice-Presidente.

§ 1º – A comissão se reunirá, sob a presidência do mais idoso, para eleição do Presidente e do Vice-Presidente, escolhidos entre os membros efetivos.

§ 2º – A Presidência e a Vice-Presidência recairão sobre representantes de casas legislativas diferentes, observada a alternância entre os estados que a integram.

§ 3º – A eleição ocorrerá na casa legislativa em que recair a Presidência do mandato.

§ 4º – Compete ao Presidente da Cipe Rio Doce:

I – submeter à comissão as normas complementares sobre seu funcionamento, fixando dia e hora das sessões plenárias;

II – dirigir as sessões, mantendo a ordem e a solenidade;

III – determinar a lavratura da ata e submetê-la à apreciação dos membros antes de encerrados os trabalhos da sessão plenária;

IV – dar conhecimento à comissão da matéria recebida;

V – designar relatores;

VI – conceder a palavra ao Deputado que a solicitar;

VII – interromper o orador que estiver falando sobre matéria vencida ou que se desviar da matéria em debate;

VIII – proceder à votação e proclamar seu resultado;

IX – resolver questão de ordem;

X – decidir sobre requerimento sujeito a seu despacho;

XI – suspender a sessão, se as circunstâncias o exigirem;

XII – organizar a pauta;

XIII – convocar sessão plenária, de ofício ou a requerimento da maioria dos membros da comissão;

XIV – assinar a correspondência;

XV – enviar às Mesas de cada casa legislativa a matéria apreciada ou não, se for o caso, para o cumprimento das disposições regimentais;

XVI – representar a Cipe Rio Doce em todas as instâncias.

§ 5º – Compete ao Vice-Presidente da Cipe Rio Doce substituir o Presidente em caso de ausência ou impedimento.

Art. 7º – Cada casa legislativa terá um Coordenador Regional e um Coordenador Regional Adjunto.

§ 1º – Os membros de cada casa legislativa se reunirão, no respectivo estado, sob a presidência do mais idoso, para a eleição do Coordenador Regional e do Coordenador Regional Adjunto, que poderão coincidir com o Presidente ou Vice-Presidente da Cipe Rio Doce.

§ 2º – Compete ao Coordenador Regional:

I – convocar e presidir as reuniões regionais e elaborar suas pautas;

II – representar, nas questões regionais, a Cipe Rio Doce;

III – encaminhar proposições regionais de interesse da comissão;

IV – encaminhar a ata das reuniões regionais ao Presidente da comissão;

V – determinar que seja lida a ata da reunião anterior ou dispensar sua leitura, considerá-la aprovada, ressalvadas as retificações, assinando-a com os membros presentes, e enviar para publicação no diário oficial do respectivo estado.

§ 3º – Compete ao Coordenador Regional Adjunto substituir o Coordenador Regional em caso de ausência ou impedimento.

Art. 8º – Os mandatos dos membros da Cipe Rio Doce e dos ocupantes dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Coordenador Regional e Coordenador Regional Adjunto coincidirão com os das Mesas das respectivas assembleias legislativas, admitida a recondução.

Art. 9º – A comissão terá como sede o estado a que pertencer seu Presidente.

§ 1º – Compete à casa legislativa a que pertencer o Presidente prestar o assessoramento técnico à Cipe Rio Doce.

§ 2º – O assessoramento das reuniões regionais será prestado pela respectiva casa legislativa.

Art. 10 – A Cipe Rio Doce se reunirá em sessões plenárias e reuniões regionais.

§ 1º – São consideradas sessões plenárias aquelas realizadas com a presença de representantes dos dois estados e reuniões regionais, aquelas realizadas com representantes de apenas um estado.

§ 2º – A Cipe Rio Doce se reunirá em sessão plenária sempre que convocada por seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 3º – As reuniões regionais serão convocadas pelo respectivo Coordenador Regional ou a requerimento da maioria dos integrantes da Cipe Rio Doce em cada casa legislativa.

§ 4º – As sessões ou reuniões da Cipe Rio Doce serão realizadas nas sedes das Assembleias Legislativas do Estado de Minas Gerais e do Estado do Espírito Santo ou em qualquer outro local, se houver disponibilidade orçamentária.

§ 5º – As sessões ou reuniões da Cipe Rio Doce consistirão em audiências públicas, visitas técnicas, seminários ou outras atividades que permitam o planejamento e a consecução de suas atribuições.

§ 6º – A convocação para reunião da sessão plenária para escolha do Presidente e do Vice-Presidente da Cipe Rio Doce será realizada pelo deputado mais idoso, membro efetivo da comissão, da casa legislativa que será sede do colegiado no biênio. (Dispositivo incluído pela Alteração do Regimento Interno da Cipe Rio Doce nº 1, de 11 de agosto de 2025)

Art. 11 – As sessões plenárias da Cipe Rio Doce se realizarão com a presença da maioria dos membros da comissão, e as reuniões regionais, com a presença da maioria dos membros da comissão em cada estado.

§ 1º – A sessão plenária com a presença de convidados poderá ser aberta com a presença de um membro de cada estado.

§ 2º – A reunião regional com a presença de convidados poderá ser aberta com qualquer número de membros.

Art. 12 – As deliberações da Cipe Rio Doce serão tomadas por maioria de votos, observado o quórum estabelecido no *caput* do art. 10.

Art. 13 – Após cada sessão plenária e reunião regional, lavrar-se-á ata sucinta, que será publicada no diário oficial de cada estado.

§ 1º – As atas das sessões plenárias da Cipe Rio Doce terão duas vias, destinadas ao arquivamento em cada casa legislativa.

§ 2º – Os documentos oficiais de reunião regional serão arquivados pela casa legislativa que a realizar.

Art. 14 – A Cipe Rio Doce terá prazo de duração indeterminado e apresentará, ao final de cada biênio, relatório de suas atividades.

Parágrafo único – A critério da comissão, poderão ser elaborados relatórios específicos, para tratar de assunto determinado, em prazos definidos pela Presidência ou pelo Coordenador Regional.

Art. 15 – Incumbe a cada assembleia legislativa:

I – indicar especialistas, técnicos e pessoal de apoio administrativo para assessorar os trabalhos da comissão;

II – custear os deslocamentos dos seus representantes e servidores quando convocados pela Cipe Rio Doce;

III – arcar com as despesas decorrentes das indicações de que trata o inciso I e das demais atividades da Cipe Rio Doce resultantes de deliberações em sessões plenárias.

Art. 16 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da comissão, que submeterá sua decisão à apreciação da Cipe Rio Doce, observados, subsidiariamente, os regimentos internos das duas casas legislativas.

Art. 17 – Fica revogado o Regimento Interno da Cipe Rio Doce aprovado em sessão realizada em 21 de maio 2009.

Art. 18 – Este regimento interno entra em vigor na data de sua publicação e será publicado no diário oficial de cada casa legislativa.

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2025.

Leleco Pimentel, presidente da Cipe Rio Doce.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/9/2025

Às 15h2min, comparecem à reunião a deputada Nayara Rocha e os deputados Adalelever Lopes, Rodrigo Lopes e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalelever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria

constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* das Sras. Eliane de Fátima Vieira Freitas, Luciana Rezende Souza, Adrielle Frade e Silvia Santana, recebidos pelo Fale com as Comissões, em que encaminham questionamentos sobre a situação dos empregados concursados da Minas Gerais Participações S.A., em caso de federalização. Suspende-se a reunião. A reunião é reaberta com a presença das deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e dos deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Rodrigo Lopes, sobre o Projeto de Lei nº 4.222/2025, que conclui pela aprovação do projeto na forma apresentada. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para reunião extraordinária a ser realizada amanhã, às 10h30min, para apreciar o Projeto de Lei nº 4.222/2025, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2025.

Adalclever Lopes, presidente – Beatriz Cerqueira – João Magalhães – Nayara Rocha – Rodrigo Lopes.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 29 de setembro de 2025, destinada a homenagear o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA-MG – pelos 60 anos de sua criação, bem como pelos 60 anos da regulamentação da profissão de administrador.

Palácio da Inconfidência, 26 de setembro de 2025.

Tadeu Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/9/2025, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a atual insuficiência de efetivo da Polícia Civil.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Hely Tarquínio, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/9/2025, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno sobre emendas ao Projeto de Lei nº 4.081/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2025.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Hely Tarquínio, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/9/2025, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.222/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2025.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Clara Marra e os deputados Zé Laviola, Bruno Engler, Doutor Jean Freire, Lucas Lasmar e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/9/2025, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.733/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Marquinho Lemos, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/9/2025, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação do Córrego Manoel Moreira, localizado no Bairro Jardim Industrial, no Município de Contagem.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2025.

Ricardo Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Marquinho Lemos, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2025, às 14 horas, em Jequitinhonha, com a finalidade de, em audiência pública, debater o andamento do projeto de pavimentação, recapeamento e manutenção da BR-367 e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2025.

Ricardo Campos, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.272/2025

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Professor Wendel Mesquita, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Apicultores Familiares do Alto São Francisco – Apasf –, com sede no Município de Bom Despacho, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.272/2025 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Apicultores Familiares do Alto São Francisco, com sede no Município de Bom Despacho.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, assistir as famílias de apicultores e fomentar suas atividades, prestar assistência técnica à sua produção, desenvolver canais de comercialização para os produtos apícolas e representar os interesses dos associados em parcerias com associações congêneres e órgãos públicos.

Tendo em vista os propósitos da associação em prol dos produtores rurais e da apicultura de Bom Despacho, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.272/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2025.

Coronel Henrique, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.555/2025

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Celinho Sintrocel, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares Monte Verde, com sede no Município de Novo Oriente de Minas, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.555/2025 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares Monte Verde, com sede no Município de Novo Oriente de Minas.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, apoiar os agricultores familiares em práticas que promovam a segurança alimentar e nutricional, que respeitem a diversidade cultural e ambiental e que sejam socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas; integrar os associados à dinâmica da economia solidária; combater a fome e a pobreza por meio do incentivo à criação de hortas comunitárias, ao consumo de alimentos saudáveis, às iniciativas de autossustentação e de organização comunitária; buscar a implementação de banco de sementes crioulas; promover atividades voltadas à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista os propósitos da entidade em prol dos agricultores familiares do Município de Novo Oriente de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.555/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2025.

Dr. Maurício, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 122/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 13/10/2025, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da internet, tendo por finalidade a aquisição de discos de estado sólido – SSD.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 34/2025

Número no Siad: 9477314

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Claro S.A. Objeto: prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC. Vigência: termo inicial no dia 8/10/2025 e termo final após 12 meses ou até que seja iniciada a execução do contrato resultante do novo processo de licitação para esse objeto, de número 000104-0/2024, no Sistema Eletrônico de

Informações – SEI. Licitação: dispensada, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO

Número no Siad: 9414329-6

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Conservadora Campos e Serviços Gerais Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviços de condução de veículos automotores e de mecânica automotiva, com dedicação exclusiva de mão de obra. Objeto do aditamento: revisão do preço para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro pactuado no contrato e indenização dos valores remanescentes após o fim do Contrato nº 12/2024. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001 3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 95/2025

Número no Siad: 9421665-3

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Locação de Mão de Obra Temporária Ltda. Objeto do contrato: contratação de sociedade empresária para prestação de serviços de chaveiro e manobristas, com dedicação exclusiva de mão de obra. Objeto do aditamento: repactuação do preço do contrato em decorrência das alterações previstas em convenção coletiva de trabalho (CCT-MG001973/2025) e na Portaria Sumob nº 236/2024. Vigência: a partir da data de publicação, com indenização do período anterior a contar de 1º/1/2025. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001 3.3.90 (10.1).



ERRATAS

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.312/2024

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 122, no fecho, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.503/2024

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 123, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.523/2024

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2024, na pág. 124, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.538/2024**Comissão de Redação**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 125, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.904/2024**Comissão de Redação**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 125, no fecho, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.321/2025**Comissão de Redação**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 128, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.399/2025**Comissão de Redação**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 131, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.534/2025**Comissão de Redação**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 131, no fecho, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.695/2025**Comissão de Redação**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 132, no fecho, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.711/2025

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 133, no fecho, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.755/2025

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 135, no fecho, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.769/2025

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 135, no fecho, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.857/2025

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 136, no fecho, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.948/2025

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/9/2025, na pág. 137, no fecho, onde se lê:

“23 de setembro de 2025”, leia-se:

“24 de setembro de 2025”.